

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

**LUCAS FERNANDES FERES**

**EXPERIÊNCIAS CRÍTICAS DO PATRIMÔNIO: INVENTÁRIOS EM  
SALA DE AULA E A CONTESTAÇÃO DE HERANÇAS COLONIAIS**

ALFENAS/ MG  
2024

**LUCAS FERNANDES FERES**

**EXPERIÊNCIAS CRÍTICAS DO PATRIMÔNIO: INVENTÁRIOS EM  
SALA DE AULA E A CONTESTAÇÃO DE HERANÇAS COLONIAIS**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História Ibérica, pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica Orientador:  
Prof. Dr. Walter Francisco Figueiredo Lowande

**ALFENAS/ MG  
2024**

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas  
Biblioteca Central

Feres, Lucas Fernandes .

Experiências críticas do patrimônio : inventários em sala de aula e a contestação de heranças coloniais / Lucas Fernandes Feres. - Alfenas, MG, 2024.

86 f. : il. -

Orientador(a): Walter Francisco Figueiredo Lowande.

Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2024.

Bibliografia.

1. Inventario de Patrimonio. 2. Patrimonio Cultural. 3. Colonização. 4. Antropoceno. I. Lowande, Walter Francisco Figueiredo, orient. II. Título.

**Experiências críticas do patrimônio: Inventários em sala de aula e a contestação de heranças coloniais**

O Presidente da Banca Examinadora abaixo indicada assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica.

Aprovado em: 23 de fevereiro de 2024.

Prof. Dr. Walter Francisco Figueiredo Lowande

Presidente da Banca Examinadora

Instituição: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino

Instituição: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-SP)

Profa. Dra. Elaine Ribeiro da Silva dos Santos

Instituição: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)



Documento assinado eletronicamente por **Walter Francisco Figueiredo Lowande, Professor do Magistério Superior**, em 05/03/2024, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1183654** e o código CRC **E3EA012B**.

## **AGRADECIMENTOS**

Ainda que seja difícil agradecer a todas(os) envolvidas(os) no meu mestrado e na construção deste trabalho, cabe-me a tarefa de tentar reduzir a imensa gratidão que tenho para todos os envolvidos.

Agradeço a minha família, principalmente a minha esposa que sempre me apoiou e ajudou nos momentos em que eu precisava e junto com minha filha me dá forças para superar os momentos de dificuldades. Aos meus pais que trabalharam e se dedicaram muito para que eu esteja onde estou hoje.

Agradeço ao professor Walter Francisco de Figueiredo Lowande, que além de um grande músico é uma inspiração como professor e pesquisador. Agradeço a paciência em me orientar, principalmente pelas minhas indecisões durante a criação do projeto.

Agradeço também aos meus amigos. Aqui não vou listar cada um deles, mas é uma lista muito extensa. Eles me ajudaram durante o processo de aprendizagem, mas também através das conversas, risadas, brincadeiras e histórias, que sempre guardarei na lembrança.

Agradeço também a todos os professores (as) do curso de história, que são incríveis e extremamente dedicados. Especialmente ao Mário Danieli Neto e o Luis Antônio Sabeh, ela amizade que construímos. Não tenho como demonstrar minha gratidão por tudo que aprendi. Fico feliz que durante a graduação pude fazer amizades com muitos deles.

E para finalizar agradeço à UNIFAL, por ser uma universidade acolhedora e sobretudo comprometida com o ensino e formação de graduandos, mestrados e doutorandos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## **RESUMO**

O presente Objeto de Aprendizagem (OA) tem por finalidade contribuir para o processo de aprendizagem dos estudantes do ensino básico, nos temas de patrimônio cultural, colonização, salazarismo e Antropoceno. O inventário patrimonial colaborativo promove a reflexão sobre as disputas, tensões e valores contidos nos bens culturais, assim como possibilita uma maior apropriação dos espaços e comunicação com a comunidade em que os bens culturais em questão estão inseridos. Por meio da elaboração do inventário, as(os) autoras(es) devem conhecer a história local, eventualmente realizar entrevistas, coletar histórias, entre outras atividades. Tais ações favorecem a reflexão da comunidade sobre os valores que defendem e as escolhas sobre o que devem ou não preservar. Desse modo, o OA produzido neste trabalho buscou contribuir com a reflexão sobre como nossa visão de mundo e nossas práticas de preservação do passado podem ser mais plurais, dialéticas e respeitadas em relação às formas de existência envolvidas. A pesquisa que originou a construção deste OA, está centrada em dois protestos que envolveram o Padrão dos Descobrimentos, monumento localizado na cidade de Lisboa, em Portugal.

Palavras-chave: Inventário Patrimonial; Patrimônio Cultural; Colonização; Antropoceno.

## **RESUMEN**

Este Objeto de Aprendizaje (OA) tiene como finalidad contribuir al proceso de aprendizaje de los estudiantes de educación básica, en las temáticas de patrimonio cultural, colonización, salazarismo y el Antropoceno. El inventario patrimonial colaborativo promueve la reflexión sobre disputas, tensiones y valores contenidos en los bienes culturales, además de posibilitar una mayor apropiación de los espacios y la comunicación con la comunidad en la que se insertan los bienes culturales en cuestión. A través de la elaboración del inventario, los autores deben conocer la historia local, eventualmente realizar entrevistas, recopilar relatos, entre otras actividades. Tales acciones favorecen la reflexión de la comunidad sobre los valores que defienden y las opciones sobre lo que deben o no deben preservar. De esta forma, el OA producido en este trabajo buscó contribuir a la reflexión sobre cómo nuestra cosmovisión y nuestras prácticas de preservación del pasado pueden ser más plurales, dialécticas y respetuosas en relación a las formas de existencia involucradas. La investigación que condujo a la construcción de este OA se centra en dos protestas que involucran el Padrão dos Descobrimentos, monumento ubicado en la ciudad de Lisboa, en Portugal.

**Keywords:** Inventario de Patrimonio; Patrimonio Cultural; Colonización; Antropoceno.

## **ABSTRACT**

The purpose of this Learning Object (LO) is to contribute to the learning process of basic education students, in the themes of cultural heritage, colonization, salazarism and the Anthropocene. The collaborative heritage inventory promotes reflection on disputes, tensions and values contained in cultural assets, as well as enabling greater appropriation of spaces and communication with the community in which the cultural heritages in question are inserted. Through the elaboration of the inventory, the authors will produce knowledge on the local history, eventually conduct interviews, collect stories, among other activities. Such actions favor the reflection of the community on the values they defend and the choices about what they should or should not preserve. In this way, the LO produced in this work sought to contribute to the reflection on how our worldview and our past preservation practices can be more plural, dialectical and respectful in relation to the forms of existence involved. The research that led to the construction of this OA is centered on two protests involving the Padrão dos Descobrimentos monument, located in the city of Lisbon, Portugal.

**Keywords:** Heritage Inventory; Cultural heritage; Colonization; Anthropocene



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
	<b>PARTE I.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>INVENTÁRIO CULTURAL COLABORATIVO .....</b>	<b>14</b>
	<b>PARTE II.....</b>	<b>33</b>
<b>3</b>	<b>HERANÇA COLONIAL NA ÉPOCA DO ANTROPOCENO.....</b>	<b>34</b>
3.1	INTRODUÇÃO.....	34
3.2	NACIONALISMO, LUSOTROPICALISMO E COLONIALISMO .....	35
3.3	O JORNAL O OBSERVADOR: POSICIONAMENTO POLÍTICO .....	39
3.1.1	O encontro de culturas e pioneirismo na colonização de Portugal .....	42
3.1.2	Lusotropicalismo .....	43
3.1.3	A escravidão: cruel, mas justificada .....	45
<b>4</b>	<b>LUSOTROPICALISMO E ANTROPOCENO .....</b>	<b>50</b>
<b>5</b>	<b>PATRIMÔNIO CULTURAL E A CATÁSTROFE CLIMÁTICA .....</b>	<b>54</b>
<b>6</b>	<b>MONUMENTOS CONTESTADOS E ANTIMONUMENTOS EM PORTUGAL .....</b>	<b>58</b>
	<b>PARTE III.....</b>	<b>61</b>
<b>7</b>	<b>A PRODUÇÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL COLABORATIVO.....</b>	<b>62</b>
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>75</b>
	<b>FONTES .....</b>	<b>78</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>78</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

Os estudos sobre patrimônio cultural nos permitem conhecer diversas características que contribuem para a formação de determinadas sociedades. O culto aos bens patrimoniais tem suas raízes na Europa, mas hoje boa parte dos países de todos os continentes tem algum tipo de relação de preservação e memorialística com seus produtos culturais. É certo que nem todas as sociedades entendem e valorizam da mesma forma os bens passíveis de se tornarem patrimônio. As sociedades africanas, escreve Achille Mbembe (2020), possuem uma relação diferente das europeias com os objetos frutos das suas tradições, principalmente aquelas ligadas aos cultos ritualísticos. Para essas sociedades, um objeto não é uma representação de uma determinada entidade, mas sim a própria entidade, sendo, portanto, portadores de vida.

Para as sociedades europeias, no século XIX, o patrimônio cultural esteve conectado à formação dos Estados nacionais e das identidades nacionais. Os monumentos criados pelos Estados para a construção das suas narrativas de origem, aos quais foram atribuídos valores, serviram como dispositivos capazes de moldar a experiência do tempo, numa espécie de concepção evolutiva e linear de progresso relacionada ao avanço capitalismo. Aloïs Riegl (2014) já apontava para uma grande diversidade de valores que os monumentos poderiam ter, entre eles os históricos, artísticos, cognitivos, de uso, entre outros.

É uma das características elementares dos estudos críticos sobre patrimônio a discussão sobre esses valores, bem como a disputa de memória e de narrativas que determinados monumentos possibilitam, principalmente aqueles ligados a valores históricos. Pois, como escrito, eles são portadores de intencionalidades que podem privilegiar agentes históricos e contribuir para o fortalecimento dos mesmos.

Os acontecimentos que originaram este estudo foram dois protestos que envolveram o monumento conhecido como Padrão dos Descobrimentos, localizado em Lisboa, Portugal, que contestaram os motivos da sua construção. Tal monumento foi construído durante o regime salazarista, com objetivo de fomentar as ideias do regime e legitimar o poder coercitivo e colonizador do Estado. Por isso, realizo um estudo de caso em torno desses protestos como forma de compreender as possibilidades de contestação dos patrimônios da colonização, usando como fontes a seção de opinião do jornal *O Observador*, de Portugal, e publicações de outros jornais que noticiaram o acontecimento. Como fica evidenciado na seção de opinião do jornal *O Observador*, um número elevado de publicações condenou os protestos apontando valores nacionais relacionados ao monumento. Esses valores foram analisados buscando entender de

que forma eles se conectam com os princípios defendidos pelo regime salazarista, de modo a compreender a roupagem sob a qual eles podem ser percebidos por parte da sociedade portuguesa da atualidade.

Outro objetivo desse estudo de caso foi refletir sobre como a defesa de uma sociedade baseada nos valores exaltados no Padrão dos Descobrimentos pode contribuir para o que vem sendo chamado por geólogos(as), cientistas do Sistema Terra<sup>1</sup> e, cada vez mais, por estudiosos(as) das ciências humanas, de Antropoceno, isto é, uma nova época geológica da Terra.

Com base no que foi exposto acima, foi elaborado um Objeto de Aprendizagem na forma de inventário cultural colaborativo. Os inventários culturais utilizam uma forma sistemática e organizada de construção de conhecimento, o que contribuiu para a análise dos eventos bem como para associá-los ao Antropoceno. Além disso, esse tipo de objeto disponibiliza um modelo que pode ser aplicado a outros bens culturais, facilitando uma compreensão crítica a seu respeito. Por ser construído de forma coletiva, esse tipo de inventário permite a troca de conhecimento e saberes entre os estudantes, assim como aproximação dos mesmos com a comunidade, uma vez que o trabalho de campo, isto é, a seleção dos bens passíveis de serem inventariados e as entrevistas com as pessoas que possuem relação com o bem são as partes mais importantes na elaboração do inventário. O inventário cultural colaborativo será apresentado na primeira parte e melhor detalhado na terceira parte deste trabalho.

Deste modo, este estudo apresenta três partes. A primeira parte é destinada à apresentação do Objeto de Aprendizagem (OA). Podemos entender um OA como uma forma de troca de conhecimentos que utiliza recursos que possibilitam maior interação e dinamismo na prática educacional. Esses recursos têm por finalidade facilitar a troca de conhecimentos entre professores(as) e estudantes, atendendo à emergente demanda por novas formas de aprendizagem e desenvolvimento educacional (Braga, 2014).

Nessa primeira parte, o OA apresentado é um Inventário Patrimonial Cultural Colaborativo, em que é oferecido um modelo de ficha de inventário para que os(as) professores(as) ou interessados(as) em oferecer a atividade possam ter uma noção sobre quais são os seus elementos mais importantes e de que forma eles podem ser trabalhados. A ficha de

---

<sup>1</sup> A ciência do Sistema Terra é um campo interdisciplinar que abrange a física, a geologia, a matemática e a biologia e compreende a Terra com um sistema auto regulatório de toda a vida no planeta. O campo de ação do Sistema Terra estaria entre o topo da atmosfera e acima da região do núcleo da Terra. Cabe ressaltar, que o núcleo não é alterado pelo que acontece na superfície, embora seu funcionamento afete diretamente o que acontece na superfície terrestre (LENTON, 2016).

inventário apresentada diz respeito a um bem patrimonial material classificado como BI (Bens imóveis/ Estruturas arquitetônicas). Além dessa classificação, os bens patrimoniais podem ser estruturados da seguinte forma: Bens móveis e bens integrados – BMI; Núcleos históricos urbanos (NH); Conjuntos Urbanos ou Paisagísticos (CP) e Patrimônio Imaterial. Essas categorias estão de acordo com a metodologia utilizada no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG), que serviu como base para a criação dos modelos. A explicação de cada classificação, seus significados e diferenças estão presentes na terceira parte desta dissertação.

A segunda parte corresponde à pesquisa a partir da qual se originou o OA. Nela está contida toda a reflexão historiográfica sobre os valores defendidos em torno dos protestos envolvendo o Padrão dos Descobrimentos. Após a apresentação destes protestos e das reações que deles surgiram, escrevo sobre o contexto de construção do Padrão dos Descobrimentos. Na terceira seção, trato sobre os jornais que foram utilizados como fontes para as discussões expostas nesse estudo de caso. Analiso, principalmente, o editorial do jornal *O Observador*, pela sua postura defensiva dos valores portugueses e da preservação do Padrão dos Descobrimentos.

Em seguida, na quarta seção da segunda parte, estabeleço uma relação entre Lusotropicalismo e Antropoceno. E para finalizar, escrevo sobre como parte da população portuguesa entende e se apega ao seu passado, principalmente vinculado ao período da colonização, além disso analiso a situação contemporânea do legado colonial da prática patrimonial de Portugal. Na quinta seção, faço uma breve discussão historiográfica sobre as políticas de patrimônio, apontando críticas que são feitas aos seus usos como aspecto da modernidade. Além disso, busco demonstrar como o culto a alguns bens patrimoniais pode estar contribuindo para as transformações biogeofísicas que estamos presenciando no presente. E para finalizar espinhos alguns movimentos contestatórios direcionados a bens culturais de Portugal, que fazem referência a colonização, buscando refletir como esses protestos podem contribuir para outras abordagens e olhares sobre as práticas patrimoniais.

Na terceira parte, estabeleço um diálogo com os profissionais que pretendem utilizar o OA para fins educativos. Dessa forma, ofereço, primeiramente, uma introdução apresentando os OA, seguida de uma discussão sobre o patrimônio cultural nas escolas. Pretendo demonstrar que trabalhar o patrimônio cultural na disciplina de história pode contribuir para um entendimento mais amplo sobre a temporalidade, sobre as visões de mundo e sobre a construção de narrativas. Para finalizar, levanto possibilidades alternativas de práticas patrimoniais, apontando para políticas de patrimônio mais inclusivas. Faço algumas provocações, baseadas

nos escritos de Cornelius Holtorf (2017), sobre por que sentimos tanto a necessidade de preservar o nosso passado e sobre a acumulação obsessiva de bens patrimoniais.

Por fim, exponho sobre o que é inventário patrimonial, sua importância para o patrimônio cultural brasileiro e sobre a proposta de inventários colaborativos nas escolas de ensino básico. Particularmente no caso de Minas Gerais, busco mostrar que trabalhar com inventários nas escolas pode contribuir para o envolvimento dos(as) estudantes com a história do município, bem como a possibilidade de trazer benefícios para a própria cidade.

**PARTE I**

## 2 INVENTÁRIO CULTURAL COLABORATIVO

O Objeto de Aprendizagem apresentado a seguir se configura em um modelo de “inventário cultural colaborativo” e se destina ao terceiro ano do Ensino Médio, pois os estudantes dessa etapa já passaram por um longo percurso do processo de ensino e aprendizagem descrito na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). De acordo com as competências que devem ser desenvolvidas nesse período, a princípio, os(as) estudantes já possuem ferramentas que lhes permitem avaliar criticamente as tensões e disputas que envolvem o patrimônio cultural. Isso não significa que o OA não possa ser utilizado em outros anos do ensino básico, de modo que isso dependerá dos critérios de cada profissional que pretenda utilizá-lo em ambiente escolar.

O inventário é uma ferramenta que permite pesquisar, coletar e organizar informações de algo que se deseja conhecer melhor. No domínio do Patrimônio Cultural, podemos utilizar essa ferramenta para inventariar um bem cultural com o objetivo de protegê-lo, divulgá-lo e sugerir ações de educação patrimonial para a comunidade à qual o bem patrimonial pertence. Além disso, o inventário pode servir como primeiro passo do processo de tombamento e registro de um bem, sendo esses processos de caráter burocrático e tendo efeitos legais mais complexos que um inventário (Florêncio *et al.*, 2016).

Para o desenvolvimento do inventário patrimonial é necessário conhecimentos específicos que permitam a construção de um documento com normas técnicas e a construção de textos próprios do campo historiográfico. No entanto, no inventário colaborativo voltado para o público escolar, os critérios de construção do texto são adaptados para um público não especializado. Isso permite que estudantes do ensino básico possam elaborar um inventário de forma coletiva com a colaboração e orientação do(a) professor(a) responsável.

A ideia de inventário colaborativo já existe desde 2012 e foi fruto de ações do Ministério da Educação e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que tinham como objetivo sensibilizar e mobilizar a comunidade para a importância de seus bens culturais através de uma atividade que envolva conhecimento, produção e participação (Florêncio *et al.*, 2016).

Para esta proposta de Inventário Cultural Colaborativo foram feitas algumas adaptações a respeito da construção do inventário para atender as especificidades do estudo que originou este OA. O tópico “Disputas de Narrativas e Tensões”, de acordo com os documentos que tive acesso, não existe em nenhum modelo de inventário do IPHAN e nem do IEPHA-MG, que este tópico estivesse presente. No entanto, a inserção deste tópico tem por pretensão causar reflexões

sobre memórias contestadas e disputas de narrativas que envolvem o patrimônio cultural. Além disso, pode ser utilizado para problematizar o patrimônio cultural e a época do Antropoceno, já que o estudo que originou o OA buscou relacionar esses dois conceitos.

O patrimônio cultural possui tipologias e classificações que serão melhor detalhadas na terceira parte deste trabalho. Quando se trata de inventário patrimonial, o termo utilizado pelo IPHAN é “ficha de inventário”. Nesse documento são inseridas, em um modelo pré-estabelecido, as informações pertinentes ao bem patrimonial que se deseja inventariar. O processo para elaboração das fichas de inventário consiste das seguintes etapas: seleção dos bens passíveis de serem inventariados, pesquisa sobre o bem escolhido, produção da ficha em si e divulgação dos resultados. Para realização da pesquisa, podem ser levantadas informações de livros, jornais, revistas, documentos oficiais, fotos, mapas ou qualquer documento que contenha informações relevantes sobre o bem. Além disso, pelas minhas experiências na elaboração de fichas de inventário<sup>2</sup>, as entrevistas com personagens que possuem relação com o bem são muito importantes e talvez a parte mais prazerosa da elaboração do inventário, pois é o contato mais próximo da comunidade com o bem cultural.

Neste caso específico, isto é, o da Ficha de Inventário do Padrão dos Descobrimentos, foram inseridas informações coletadas através de pesquisas na internet e de levantamento de documentos (artigos e livros). Não foi possível fazer entrevistas com a comunidade local sobre o monumento. Porém, as reportagens divulgadas sobre os eventos dos protestos que ocorreram no Padrão dos Descobrimentos permitem utilizar as entrevistas para compreender o significado e as disputas envolvidas no monumento específico.

A ficha apresentada abaixo é baseada em um modelo técnico de ficha de patrimônio cultural, com algumas modificações, porém podem ser feitas alterações de acordo com a proposta de utilização da ficha. A ficha de inventário também pode ser feita de forma manual e as fotografias podem ser impressas e anexadas ao documento. Nesta ficha, especificamente, utilizei o monumento Padrão de Descobrimento, principalmente por ter sido objeto de análise neste trabalho, mas também para servir de exemplo de como a ficha de inventário de um bem material imóvel pode ser preenchida. A ficha pode ser alterada e sua estrutura modificada para atender as demandas dos diferentes bens culturais que podem ser inventariados, bem como adaptadas para suprir as necessidades das propostas de utilização em sala de aula. A ideia é

---

<sup>2</sup> Desde de 2022, trabalho na empresa do Sul de Minas, AME Cultura, com a elaboração de inventário culturais, para os municípios da região que tenham interesse em participar do programa ICMS Cultural, do IEPHA-MG. Essa experiência tem me proporcionado novas leituras e interpretações a respeito das práticas patrimoniais, além disso, por conta do trabalho que realizo na empresa, surgiu a ideia de fazer um inventário cultural colaborativo como forma de OA.



apresentar um modelo de ficha de inventário e instruções para a sua utilização, mas sua estrutura é dinâmica e flexível. A ficha pode ser a aula em si, como também fazer parte da aula. Sua utilização e aplicação ficará a critério dos(as) professoras(es) do ensino médio, no entanto, a sua estrutura e os seus usos serão discutidos com maior detalhamento na terceira parte deste OA.

A ficha de inventário a seguir segue os padrões necessários para um trabalho de programa de mestrado, isto é, possui elementos estruturais como citações, análises, referências, que são exigidas para um estudo acadêmico, porém não há necessidade de usar estes elementos nas fichas de inventário produzidas nas escolas.

Abaixo estão listados os campos que devem ser preenchidos, assim como uma breve explicação para cada um deles. Em seguida é apresentada a ficha de inventário elaborada para este estudo especificamente.

- a) Campo 1: Deve ser inserido o endereço do bem, não só para a localização, mas também para que outras pessoas possam conhecê-lo;
- b) Campo 2: Deve explicar por que o inventário foi escolhido. Esse texto deve ser curto e objetivo, destacando os aspectos mais importantes na escolha do bem;
- c) Campo 3: Por qual nome o bem é conhecido, oficial ou não;
- d) Campo 4: Indicar se a propriedade é pública ou privada, identificado o nome do(a) proprietário(a);
- e) Campo 5: Registra o nome do responsável pelo imóvel, especialmente relevante para imóveis públicos e eclesiásticos;
- f) Campo 6: Deve conter uma análise detalhada do entorno do imóvel, incluindo construções adjacentes, equipamentos urbanos e observações específicas;
- g) Campo 7: Reservado para o registro fotográfico do imóvel, incluindo imagens antigas e atuais. Devem ser priorizados os aspectos mais gerais do bem e os detalhes que possam caracterizá-lo;
- h) Campo 8.1: Registra dados históricos do bem, como data de construção, projetistas, alterações de uso, contexto de construção, entre outras informações de relevância histórica;
- i) Campo 8.2: Este campo deve versar sobre os embates de narrativas e memória que o bem pode provocar na comunidade na qual está inserida, mobilizando diversos agentes sociais para compreensão dos seus significados;

- j) Campo 9: Oferece uma descrição detalhada do imóvel, incluindo tipologia, elementos estilísticos e construtivos. Para construção deste campo, recomenda-se a contribuição do(a) professor(a) e/ou a ajuda de um(a) arquiteto(a);
- k) Campo 10: Registra intervenções realizadas no imóvel ao longo do tempo, incluindo restauração, adequação, ou intervenções descaracterizantes;
- l) Campo 11: Lista as fontes bibliográficas, orais e arquivísticas utilizadas na pesquisa.
- m) Campo 12: Autores(as) que participaram da criação da ficha.

<b>Ficha de Inventário – Padrão dos Descobrimentos</b>	
<b>01. Endereço</b>	Av. Brasília 1400-038 Lisboa - Portugal
<b>02. Motivação do Inventário</b>	
<p>Construído pela primeira vez 1940, para fazer parte das celebrações da Exposição do Mundo Português, em pleno regime salazarista, o Padrão dos Descobrimentos é um símbolo da visão do Estado Português sobre a relevância histórica de Portugal, em seu papel de “desbravador” de novas terras e por levar a civilização aos territórios coloniais. Mesmo com as polémicas em torno daquilo que o monumento representa, na atualidade é visto por parte dos portugueses com admiração pela grandiosidade dos feitos do império português e por esse motivo deve, para esses setores da população, ser valorizado e preservado. Porém, para outras pessoas, o monumento simboliza um passado escravocrata, de exploração colonial e sob domínio do regime salazarista, e por esses motivos sua preservação deveria ser repensada. Por toda relevância histórica nacional e por mover tantas tensões e disputas de narrativas é que o bem está sendo inventariado.</p>	
<b>03. Designação/ Nome</b>	Padrão dos Descobrimentos
<b>04. Propriedade   Situação de Propriedade</b>	Público – Municipal.
<b>05. Responsável</b>	
Prefeitura de Lisboa	
<b>06. Descrição do entorno do bem</b>	
<p>Localizado à beira do Rio Tejo, é caracterizado por sua localização isolada e urbana. Está situado em uma ampla praça de arquitetura contemporânea, com destaque de uma grande Rosa dos Ventos em sua calçada. O monumento fica próximo ao Mosteiro de</p>	

Santa Maria de Belém, da Praça do Império e do Centro Cultural de Belém. Além disso, dentro do Padrão dos Descobrimentos, existe um espaço que é dedicado a exposições museológicas (Sipa, 2011).

## 07. Documentação Fotográfica



01 – Imagem do Padrão do Descobrimento. Disponível em: <https://padraodosdescobrimentos.pt/>. Acesso em: 02/02/2023.



02 – Imagem do Padrão do Descobrimento e da Rosas dos Ventos. Disponível em: <https://padraodosdescobrimentos.pt/>. Acesso em: 02/02/2023.



03 – Imagem do Padrão do Descobrimento e da Rosas dos Ventos. Disponível em: <https://padraodosdescobrimentos.pt/>. Acesso em: 02/02/2023.



04 – Imagem do Padrão do Descobrimento. Disponível em: <https://padraodosdescobrimientos.pt/>. Acesso em: 02/02/2023.



05 – Imagem do Rio Tejo. Disponível em: <https://padraodosdescobrimientos.pt/>. Acesso em: 02/02/2023.



06 - Imagem do Padrão do Descobrimento na Comemoração Henriquinos em 1960. Disponível em: <https://padraodosdescobrimientos.pt/>. Acesso em: 02/02/2023.



07 - Presidente da República do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, na Comemoração Henriquinos, em 1960. Disponível em: <https://padraodosdescobrimentos.pt/>. Acesso em: 02/02/2023.



08 - Presidente do Conselho de Portugal, António de Oliveira Salazar, na Comemoração Henriquinos, em 1960. Disponível em: <https://padraodosdescobrimentos.pt/>. Acesso em: 02/02/2023.



09 - Imagem do Padrão do Descobrimento, na Exposição do Mundo Português de 1940. Disponível

em: <https://padraodosdescobrimentos.pt/>. Acesso em: 02/02/2023.



10 - Imagem do Padrão do Descobrimento, na Exposição do Mundo Português de 1940. Disponível em: <https://padraodosdescobrimentos.pt/>. Acesso em: 02/02/2023.



11 – Imagem da Exposição do Mundo Português de 1940. Disponível em: <https://padraodosdescobrimentos.pt/>. Acesso em: 02/02/2023.

<p><b>Fotografia</b></p>	<p>Imagens de 01 a 08 pertencentes ao Arquivo Municipal de Lisboa.</p> <p>Imagens de 8 a 11 pertencentes ao Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian.</p>
--------------------------	--

### **08. 1. História do Monumento**

Construído pela primeira vez em 1940, pelo arquiteto Cottinelli Telmo (1897 – 1948) e pelo escultor Leopoldo de Almeida (1898 – 1975), para fazer parte da Exposição do Mundo Português, o Padrão do Descobrimento é um monumento que simboliza o império Português durante o período das navegações e colonizações. Como grande parte dos patrimônios históricos, o monumento localizado em Lisboa é motivo para disputas de narrativas e memórias, principalmente sobre a forma de entender o período da colonização. Essas tensões serão debatidas adiante, mas antes será apresentado um breve histórico sobre as construções do Padrão dos Descobrimentos e os contextos

históricos (Alves; Mariz, 2017).

Como já foi escrito, o Padrão dos Descobrimentos foi construído inicialmente em 1940, porém com materiais mais perecíveis e frágeis. Com a falta de conservação, um grande temporal que aconteceu em 1941 e um ciclone que ocorreu no mesmo ano acabaram por comprometer a base do monumento, obrigando as autoridades a demoli-lo (Alves; Mariz, 2017).

Em 1960, por ocasião da comemoração dos 500 anos da morte do Infante D. Henrique, o padrão foi novamente construído, mas agora com materiais mais duráveis e com algumas modificações, como o acréscimo de alguns personagens que fizeram parte da colonização e navegação portuguesa (Alves; Mariz, 2017). Este monumento construído em 1960 permaneceu à beira do Rio Tejo, tornando-se emblemático para a história de Portugal.

Mas antes de entrarmos nos assuntos dos eventos citados acima, vale destacar o momento que Portugal vivia na década de 1930. Após a implementação da primeira tentativa de República Portuguesa (1910-1926), a mesma fracassou por problemas econômicos, pressão das camadas populares e por uma parte da elite desejar retomar a monarquia. Depois de conflitos entre poderes nacionais e a população, o poder executivo da República é destituído. Com a liderança de António de Oliveira Salazar, a ditadura, ou o Estado Novo Português, como é conhecida, foi instalada (Ferreira, 2016).

Como de costume nos regimes ditatoriais, não havia liberdade de imprensa, política e de manifestações populares. A ideologia era baseada no conservadorismo católico, no nacionalismo exacerbado, na economia agrícola e no resgate dos valores históricos de Portugal. Todas essas ideologias eram veiculadas nos jornais, nas rádios, nas exposições culturais e nas escolas. O objetivo da ditadura salazarista era homogeneizar a população portuguesa com base nas ideologias do Estado Novo Português (Pinto, 2009).

A Exposição do Mundo Português foi um evento que levou anos de planejamento, teve vários significados e está incluída nesses objetivos ideológicos, principalmente nacionalistas, e no resgate dos valores históricos das “explorações” portuguesas. Um dos significados foi mostrar o poder de continuidade daquilo que foi o império português, entre os séculos XV ao XIX (Alves; Mariz, 2017). Vale ressaltar que

Portugal, no século XX, tinha vários territórios coloniais sob seu domínio, como foi o caso de Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde, entre outros. Sendo esses territórios coloniais os grandes responsáveis por sustentar a economia portuguesa, Salazar os utilizava como fonte de recursos econômicos para sua ditadura (Ferreira, 2016).

Outra motivação era passar a mensagem de que Portugal estava bem, mesmo com o avanço da Segunda Guerra Mundial em boa parte da Europa, guerra em que Portugal declarou neutralidade e manteve relações com países rivais, como Alemanha e Estados Unidos (Alves; Mariz, 2017). Por outro lado, alguns historiadores apontam certa inspiração do fascismo italiano na ditadura salazarista (Alves; Mariz, 2017).

A exposição mobilizou grande parte do centro de Lisboa e várias festividades e comemorações dos anos de navegação e colonização do império português, homenageando personagens marcantes da história da colonização, como Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama e Infante D. Henrique, figura de destaque no monumento (Alves; Mariz, 2017).

O segundo evento, a comemoração dos 500 anos da morte do Infante D. Henrique, acontece em um período em que Portugal estava sofrendo pressões dos países europeus, principalmente ligados à ONU, para interromper a exploração colonial. Além dessas pressões, as próprias colônias já reivindicavam suas independências por meio de guerras coloniais e dos mais variados tipos de protestos e resistências. Todos esses processos estavam gerando altos custos para Portugal, diminuindo sua credibilidade no cenário internacional e gerando dúvidas em políticos ligados a Salazar sobre a continuidade da exploração colonial. Além disso, parte da população estava diminuindo o apoio ao governo salazarista e a confiança no governo enfraquecendo (Ferreira, 2016).

Com esse cenário, a comemoração dos 500 anos da morte do Infante D. Henrique foi uma forma de restaurar a legitimidade do regime salazarista para a população portuguesa e, ao mesmo tempo, fortalecer as ideologias do Estado, principalmente o nacionalismo.

O Infante d. Henrique, nasceu na cidade do Porto a 4 de março de 1394 e faleceu a 13 de novembro de 1460. Seus pais foram o rei D. João I e de D. Filipa de Lencastre. O infante D. Henrique é reconhecido em Portugal como um herói nacional,



principalmente pela tomada de Ceuta dos mulçumanos e por ter sido um grande incentivador e financiador do início das navegações ultramarinas, que posteriormente possibilitaram a ocupação colonial dos portugueses (Silva, 2016).

Ainda sobre as comemorações henriquinas, o evento teve a presença de várias figuras importantes do regime salazarista e contou com a participação do então presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, que mantinha laços com o governo português, mesmo com toda pressão da Europa para o fim da colonização e com a insatisfação de alguns políticos brasileiros com a proximidade entre o governo brasileiro e o de Portugal. Em seu discurso durante o evento, Juscelino proferiu as seguintes palavras: “não temos apenas relações diplomáticas ou cordiais, mas ligações de família. Somos um caso particular no Mundo” (Rampinelli, 2008). É muito provável que o presidente brasileiro tenha baseado seu argumento em um mito construído em Portugal que teve a contribuição do lusotropicalismo de Gilberto Freyre, segundo o qual a colonização portuguesa era diferente das demais, pois todos, colonos e colonizados, faziam parte de uma única nação. Esse assunto será discutido com mais detalhes na próxima sessão do inventário.

Para parte dos portugueses, o Padrão do Descobrimento simboliza um momento de grandes triunfos, de conquistas e aventuras que geraram muitas riquezas e glórias para o país. Ao mesmo tempo, alguns acreditam serem os portugueses responsáveis por levar a civilização e a salvação religiosa para outras partes do mundo. É necessário frisar que o processo de colonização é completamente entrelaçado às pretensões missionárias da igreja católica, sem a qual o “sucesso” da colonização portuguesa não seria possível.

## **08. 2. Disputas de Narrativas e Tensões**

Este inventário foi motivado por dois eventos recentes em Portugal, relacionados ao Padrão dos Descobrimentos, e que levantaram questões sobre a forma como o país lida com sua memória colonial e sobre as disputas em torno do patrimônio cultural. No primeiro evento, ocorrido em fevereiro de 2021, o deputado do Partido Socialista, Ascenso Simões, gerou controvérsia ao sugerir que as ideias salazaristas ainda persistem em Portugal e que o Padrão dos Descobrimentos, construído durante este regime, deveria ser destruído. O debate se intensificou, com críticas ao deputado por supostamente incentivar o vandalismo em monumentos públicos e por questionar o

símbolo que representa a grandiosidade e os feitos dos heróis portugueses nas explorações do império (SIMÕES, 2021; RITA, 2021).

O segundo evento, em agosto de 2021, envolveu o um ato de pichação no Padrão dos Descobrimentos, com a inscrição "Velejando cegamente por dinheiro, a humanidade afunda-se num mar escarlate". Uma turista francesa foi apontada como autora do protesto. Novamente, a repercussão abordou questões de nacionalismo e valores patrimoniais (NEVES, 2021).

Ambos os eventos revelam tensões em torno da memória colonial, patrimônio cultural e nacionalismo em Portugal, destacando as tensões sobre a memória e preservação do passado colonial do país. Neste sentido, o inventário propõe uma reflexão sobre o passado colonial português e sua relação com o patrimônio cultural, particularmente o Padrão do Descobrimento. Além disso, a forma como as sociedades ocidentais têm lidado com a sua experiência do tempo pode ter contribuído para as alterações climáticas e o surgimento do Antropoceno.

Esses conflitos podem ser evidenciados a partir de reportagens relacionadas à publicação de Ascenso Simões e ao protesto de pichação no Padrão dos Descobrimentos em dois jornais de grande circulação em Portugal: o *Diário de Notícias* e *O Observador*.

O primeiro argumento que aparece em quase todas as reportagens é que o processo colonial português, além de ter sido um pioneiro, promoveu o encontro entre culturas. Essa concepção de universalidade do português fundamenta-se no iluminismo e no cristianismo, buscando unificar os povos do mundo em uma única fé, compartilhada por outros impérios coloniais como Grã-Bretanha, França, Holanda e Bélgica, na tentativa de destacar os supostos benefícios da universalização das civilizações europeias (CASTELA, 1999).

É prática comum dos impérios em seus discursos oficiais, justificar a colonização buscando demonstrar as ações como missões de educação, civilização e democratização, e somente recorrendo à força quando necessária (SAID, 2007). A retórica universalista e pioneira em Portugal prevalece nos discursos do ex-presidente Aníbal Cavaco Silva (2006-2016) com relação ao passado colonial (CARDINA, 2016).

Em seus discursos, as palavras combinadas “Portugal europeu” aparecem centenas de vezes e com frequência essas palavras estavam acompanhadas da expressão “Portugal como farol do mundo”, ou que pelas conquistas portuguesas, está presente “o rosto visível da civilização europeia nos quatro cantos do mundo”, buscando evidenciar a predominância do português no processo colonial.

O lusotropicalismo é outra temática presente nos jornais. Desenvolvida por Gilberto Freyre, essa hipótese, destacada no século XX, propaga a ideia de que Portugal deu origem a uma "nova civilização" multirracial e multicultural, associada à suposta habilidade inata do português em interagir com outros povos (PINTO, 2009). Essa narrativa foi instrumentalizada pelo Estado português, especialmente durante o regime de Salazar, para legitimar a ocupação de países africanos, promovendo a noção de uma missão colonizadora divina e diferenciando-a de outras formas de colonização (CASTELO, 1999; PINTO, 2009).

O lusotropicalismo foi um conceito muito utilizado para defender a presença colonial na ONU, apresentando as províncias ultramarinas como extensões de uma única nação (SOUZA, 2021). No entanto, essa concepção, disseminada pelo salazarismo, procura minimizar as diversas formas de violência inerentes ao ato de colonizar.

No contexto atual, o lusotropicalismo é utilizado para justificar a ideia de que os portugueses são hospitaleiros e tolerantes, ocultando o racismo presente em Portugal (SOUSA). No entanto, em uma rápida pesquisa na Internet, podemos encontrar vários episódios de xenofobia contra estrangeiros. Denúncias de racismo e xenofobia feitas por brasileiros em Portugal aumentaram significativamente de 2017 a 2021, conforme dados da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) (AMATO, 2023).

Sendo assim, tanto o discurso que enaltece o passado colonial português como agente de aproximação cultural e precursor das conquistas ultramarinas quanto o lusotropicalismo ainda permeiam a sociedade portuguesa. Contudo, essas narrativas buscam silenciar as contradições e a violência presente no processo colonial, assim como os comportamentos contemporâneos relacionados ao racismo e xenofobia.

Com relação à escravidão e à colonização portuguesa, é perceptível a presença

proeminente de dois tipos de argumentos. O primeiro sustenta que já existia um processo de escravidão na África, sugerindo que Portugal e outros países europeus não podem ser os únicos responsáveis pela escravização. O segundo defende que, após a descolonização, as ex-colônias portuguesas vivem em conflitos e são lideradas por pessoas que perpetuam a violência.

Em Portugal, as narrativas que glorificam o passado colonial como o precursor da globalização não apenas ignoram as resistências humanas e não humanas à violência colonial, mas também impulsionam a escalada do produtivismo e consumismo, alimentados pela noção de progresso. Essas práticas não apenas contribuem para o avanço do Antropoceno (LIGHTFOOT *et al.*, 2013; RUGGIERI, 2022), mas também dificultam esforços para combater os efeitos prejudiciais das ações das sociedades ocidentais no Sistema Terra.

Os discursos eurocêntricos presentes nas reportagens demonstram uma percepção nítida de que a Europa lidera outras sociedades em direção às melhores condições de vida. Qualquer outra experiência temporal, particularmente a de comunidades negras, é considerada incompleta, ineficaz e equivocada, justificando a imposição de padrões ocidentais em aspectos como vestimenta, alimentação, relações corporais, música e linguagem (MBEMBE, 2017).

Por fim, há uma forte presença do nacionalismo e do orgulho do suposto desbravamento e da colonização em parte da sociedade portuguesa, ainda que, como afirma em entrevista para a revista brasileira *Época* a escritora e colunista Joana Gorjão Henriques, essa concepção do passado colonial português esteja longe de ser repensada por grande parte da população em Portugal (SALGADO, 2018). Há, ainda que como menor destaque na mídia, a presença de movimentos que contestam este tipo de visão. O *SOS Racismo*, por exemplo, é um grupo, sem fins lucrativos, que atua na política, na esfera jurídica e na sociedade civil, que busca combater o racismo presente em Portugal, não só para os portugueses, mas também para os imigrantes. Outro grupo social de relevância nacional no país é o *Doclisboa*, que por meio das produções cinematográficas, busca questionar a história de Portugal relacionando-a com a situação atual (DOCLISBOA, 2024). Em janeiro de 2021, estas duas organizações sociais, promoveram uma exposição chamada *30 anos, olhares do racismo*, no auditório do Padrão dos Descobrimentos. Além do combate ao racismo, o local da

exibição foi escolhido para questionar o passado colonial português, tentando fomentar o debate na sociedade com relação à memória durante este período (ESQUERDA, 2021).

O mito da exploração europeia, o lusotropicalismo e a justificação da escravidão são tentativas de domínio e domesticação, marcando corpos humanos e não humanos em prol da civilização europeia. Mesmo com movimentos de resistência, a lógica eurocêntrica nas sociedades ocidentais persiste profundamente, exigindo esforços significativos para sua modificação.

### **09. Descrição**

Situado às margens do rio Tejo e próximo a prédios históricos como a Torre de Belém e o Mosteiro dos Jerônimos, o monumento faz parte de uma narrativa sobre o Império Português durante o período das navegações. É uma passagem turística emblemática para quem visita Portugal, não só pelo monumento em si, mas por todo o roteiro e programação que seus organizadores oferecem aos visitantes.

O monumento apresenta uma estrutura em forma de caravela, construída em concreto revestido a calcário, com a mesma cor e textura, com 56 metros de altura, 20 metros de largura e 46 metros de comprimento, apoiada em fundações com 20 metros de profundidade. Sua planta é retangular, com o lado sul facetado, e destaca-se por um elemento verticalizado, com arestas bem delimitadas que simboliza um mastro estilizado, orientado de norte a sul. Duas faces desse elemento exibem escudos portugueses, envolvidos por faixas com 12 castelos e flores-de-lis estilizadas. Três estruturas triangulares em cada face, com uma face curva, criam a ilusão de velas infladas pelo vento. Na proa, uma escultura de D. Henrique segurando um leme na mão direita, com figuras importantes para a colonização portuguesa esculpidas nas rampas que levam à proa. O lado leste apresenta personagens como Cristóvão da Gama, São Francisco Xavier, Afonso de Albuquerque, entre outros. Do lado oeste, figuras como o Infante Dom Pedro, Dona Filipa de Lencastre, Luís de Camões e outros. O lado norte é composto por dois gigantes blocos com inscrições relacionadas ao Infante D. Henrique e aos navegadores portugueses. O interior possui três dependências no piso inferior, incluindo um auditório, e quatro no piso superior, com um pequeno mirante no topo.

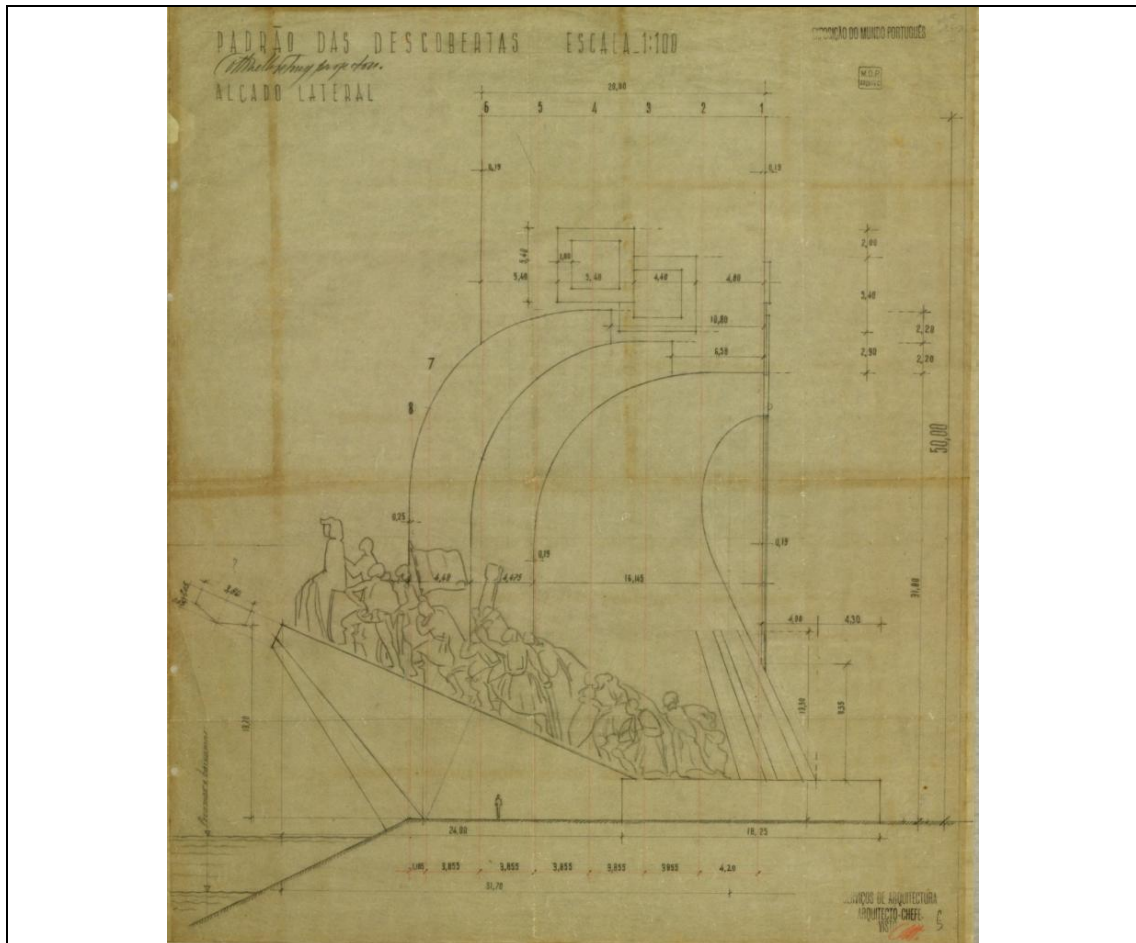


Imagem da planta de construção do Padrão do Descobrimento de 1940. Disponível em: <https://padraodosdescobrimtos.pt/>. Acesso em: 02/02/2023.

Quanto à classificação arquitetônica, o monumento pode ser considerado uma estrutura Modernista, pois possui elementos bem característicos do estilo, isto é, uma escultura mais limpa, de uma única cor e textura, com poucos rebuscamento em sua estrutura principal. Além disso, o momento de criação do monumento remete a este estilo arquitetônico. Porém, ao considerar as estátuas dos personagens portugueses ligados à colonização, a riqueza de detalhes em suas roupas e a forma que simula o movimento em que foram esculpidas são bem característicos do estilo Barroco (SARTO, 2024).

## 10. Intervenções ou Reformas

O monumento teve dois momentos de construção. A construção original se deu em 1940 pelo arquiteto Cottinelli Telmo (1897 – 1948) e pelo escultor Leopoldo de Almeida (1898 – 1975), para a celebração da Exposição do Mundo Português. Nesse primeiro momento, o monumento foi construído com materiais perecíveis, sendo desmantelado em 1943 (ALVEZ; MARIZ, 2017).

O segundo momento foi em 1960, com a comemoração de 500 anos da morte do Infante D. Henrique. O Padrão do Descobrimento é então construído pela segunda vez e para

essa construção foi utilizado concreto, pedras e granito.

Pelo que foi possível apurar no site do Padrão dos Descobrimentos, o bem passa por manutenções periódicas para preservar sua integridade.

## 11. Referências Bibliográficas

ALVES, Alice Nogueira; MARIZ, Vera. O padrão dos descobrimentos como imagem de marca do estado novo. In: ROSAS Lúcia, SOUSA, Ana Cristina. HUGO, Barreira (org.) Cristina. *Genius Loci: lugares e significados*. v. 1. Porto: CITCEM, 2017.

AMATO, Gian. Discriminação contra brasileiros bate recorde em Portugal. **O Globo**, São Paulo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/portugal-giro/post/2023/03/discriminacao-contra-brasileiros-bate-recorde-em-portugal.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2023.

AMSELLE, Jean-Loup. Etnias e espaços: para uma antropologia topológica. In: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia. **Pelos Meandros da Etnia**. Etnias, tribalismo e Estados em África. Tradução: Narrativa Traçada. Mulemba da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, 2005.

BARBOSA NETO, Geraldo. A história contada com pedra, areia e imagens: a representação do descobrimento português no litoral potiguar e o monumento do padrão de posse conservado na Fortaleza dos Reis Magos, em Natal (RN). **REVISTA CORDIS - REVISTA ELETRÔNICA DE HISTÓRIA SOCIAL DA CIDADE**, v. 08, p. 349-365, 2012.

CARDÃO, Marcos, *Fado Tropical. O Luso-Tropicalismo na Cultura de Massas (1960-1974)*, Lisboa, Edições Unipop, 2014

CASTELO. Castelo. **“O Modo Português de Estar no Mundo”**. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961). Porto, Edições Afrontamento, 1999.

DOCLISBOA. Sobre. Disponível em: <https://doclisboa.org/2023/sobre/>. Acesso em: 05 jan. 2024.

ESQUERDA, Documentário sobre os 30 anos do SOS Racismo ocupa Padrão dos Descobrimentos, 2021. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/documentario-sobre-os-30-anos-do-sos-racismo-ocupa-padrao-dos-descobrimentos/72133>. Acesso em: 05 jan. 2024.

FERNANDES, José Manuel. Tudo o que precisa de saber sobre o Observador. **O Observador**, 19/05/2014. Disponível em: <https://observador.pt/explicadores/tudo-o-que-precisa-de-saber-sobre-o-observador/>. Acesso em: 12 out. 2022.

FEIERMAN, Steven. African histories and the dissolution of world history. In: BATES, R. H.; MUDIMBE, V. Y.; O'BARR, J. (editores). **Africa and the disciplines: the contributions of research in Africa to the Social Sciences and Humanities**. Chicago: University of Chicago Press, 1993, pp.167-212.

FERREIRA, Diogo; DIAS, Paulo. História de Portugal. Lisboa: Verso da Kapa; Edição de Livros, Lda., 2016.

GALANTE, Douglas; SILVA, Evandro P.; RODRIGUES, Fabio; HORVATH, Jorge Ernesto; AVELLAR, Marcio G. B.. **Astrobiologia: uma ciência emergente**. 1. ed. São Paulo: Tikinet, 2016. v. 1. 390p.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1994.

LUCCI, Antonio. Thinking in the Age of Anthropocene: Cultural Heritage, Philosophical Personae, Environment. CPCL: **European Journal of Creative Practices in Cities and Landscapes**, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade.** Trad. de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Tradução: Sebastião Nascimento. N-1 edições, 2018.

NEVES, Céu. "É a história de Portugal e a nossa. A história do Brasil começa aqui". **Diário de Notícias**, 11/08/2021. Disponível em: <https://www.dn.pt/sociedade/e-a-historia-de-portugal-e-a-nossa-a-historia-do-brasil-comeca-aqui-14022921.html#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20do%20Brasil%20come%C3%A7a%20aqui%22,o%20passado%20deve%20ser%20contado>. Acesso em: 12 out. 2022.

PINTO, João Alberto da Costa . Gilberto Freyre e o Lusotropicalismo como Ideologia do Colonialismo Português (1951 - 1974). **Extensão e Cultura (UFG)** , v. 06, p. 145-160, 2009.

RAMPINELLI, Waldir José. A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português. **Esboços (UFSC)** , v. 20, p. 275-289, 2008.

RUGGIERI, Mariana. Algumas figurações da catástrofe ancestral na América Latina. Campinas-SP: **Remate de Males**, v. 42, n. 2, 2022.

SALGADO, Daniel. Portugal tem dificuldade de enxergar a violência de seu passado colonial, explica jornalista portuguesa. **O GLOBO**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/portugal-tem-dificuldade-de-enxergar-violencia-de-seu-passado-colonial-explica-jornalista-portuguesa-23247120>. Acesso em: 05 jan. 2024.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** Tradução de Rosaura Eichenberg São Paulo: Companhia das Letras, 2007

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Milton da Aparecida e. **D. Henrique, o navegador (1394-1460): entre a memória e a história.** 2016. 159 f. Dissertação (Dissertação em História Ibérica) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2016.

SIMÕES, ASCENSO, O salazarismo não morreu. **Público**, Lisboa, 19/02/2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/02/19/opiniao/opiniao/salazarismo-nao-morreu-195129>. Acesso em: 29. jul. 2021.

SIMPSON, Michael. **The Anthropocene as colonial discourse.** EPD: Society and Space, 2020.

SIPA. **Padrão dos Descobrimentos**, 27 de julho de 2011. Disponível em: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=9750](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9750). Acesso em: 11 nov. 2023.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO. Padrão dos Descobrimentos. Disponível em:



[http://www.monumentos.gov.pt/site/app\\_pagesuser/SIPA.aspx?id=9750](http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=9750). Acesso em: 05 jan. 2024.

SOS RACISMO. Sobre nós. Disponível em: <https://www.sosracismo.pt/apresentacao>. Acesso em: 05 jan. 2024.

SOUZA, Leandro Nascimento de . África Centro-ocidental e os interesses coloniais: conflitos e negociações pelo tráfico de escravizados, séculos XVI e XVII. *História UNICAP*, v. 5, p. 226-240, 2018.

TSING, Anna. O Antropoceno mais que Humano. *Ilha – Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 176-191, 2021.

UCHENDU, Victor C. Slaves and Slavery in Igboland, Nigeria. In: MIERS, Suzanne; KOPYTOFF, Igor. **Slavery in Africa: Historical and Anthropological Perspectives**. Madison (Wisconsin): The University of Wisconsin Press, 1979, chap. 4, p. 121-132.

VITAL, Dievani Lopes. O projeto iluminista de sociedade moderna no discurso da Geração 1870 brasileira. In: XIX Encontro regional de História/ ANPHU-MG, 2014, Juiz de Fora. **Anais Eletrônicos**, 2014.

XENOFOBIA x qualidade de vida: brasileiros que moram em Portugal falam sobre a realidade dos imigrantes em terras lusitanas. **g1**, São Paulo, 08/11/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/11/08/xenofobia-x-qualidade-de-vida-brasileiros-que-moram-em-portugal-falam-sobre-a-realidade-dos-imigrantes-em-terras-lusitanas.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2023.

### **Entrevistas**

Entrevista realizada com o arquiteto **Luís Phillipe Grande Sarto**, em janeiro de 2024, concedida a Lucas Fernandes Feres.

### **12. Autores da Ficha**

Lucas Fernandes Feres

**PARTE II**

### 3 HERANÇA COLONIAL NA ÉPOCA DO ANTROPOCENO

#### 3.1 INTRODUÇÃO

Dois eventos recentes em Portugal nos fornecem material para discutirmos como parte do país trata sua memória colonial e quais as possíveis disputas envolvidas nos discursos sobre o patrimônio cultural. O presente estudo analisa dois protestos que ocorreram no Padrão dos Descobrimentos em 2021, os quais foram alvos de críticas por parte da imprensa portuguesa.

O primeiro deles ocorreu no dia 19 de fevereiro de 2021. O deputado do Partido Socialista, Ascenso Simões, escreveu um artigo no *Público*, jornal de grande circulação e relevância em Portugal, com o título “O salazarismo não morreu”, gerando as mais variadas reações e posicionamentos de políticos e intelectuais que condenaram não só a análise feita pelo deputado sobre o regime salazarista, mas também o que ele sugeriu em seu texto. Para Simões, as ideias salazaristas atualmente estão presentes em Portugal sob outra roupagem e o Padrão dos Descobrimentos, monumento construído sob o regime salazarista, já deveria ter sido destruído (Simões, 2021).

Em meio a essa polêmica, variados grupos condenaram o deputado socialista não só por ter supostamente incentivado o vandalismo em monumentos públicos, mas também por querer remover o símbolo que dimensiona a grandiosidade, os feitos e os heróis portugueses envolvidos nas “descobertas” e “explorações” do império português em suas empreitadas oceânicas (Rita, 2021).

O segundo evento aconteceu no dia 8 de agosto, também no Padrão dos Descobrimentos. O protesto foi marcado pela pichação do monumento com os dizeres “Velejando cegamente por dinheiro, a humanidade afunda-se num mar escarlate”. Segundo as autoridades portuguesas, a investigação apontava para uma turista francesa como autora do protesto (Neves, 2021).

Novamente, uma nova onda de repercussão trouxe à tona os valores do nacionalismo de Portugal combinados com os seus valores patrimoniais. Em uma entrevista com alguns turistas que visitavam o monumento poucos dias depois do acontecido, alguns deles condenavam o protesto e outros, em menor número, concordavam que ele deveria passar por alguma espécie de ressignificação. Mas uma frase chama a atenção. Para um casal de brasileiros que visitava o Padrão dos Descobrimentos, o protesto não deveria ter ocorrido e, segundo eles, além de ser a história de Portugal, a história do Brasil também começava ali (em Portugal), se referindo ao período de colonização (Neves, 2021).

Pode-se perceber que há conflitos de memória envolvendo os monumentos históricos e sobre o tipo de herança será deixada para o futuro. Este estudo possui dois objetivos, que se complementam enquanto maneira de compreender e entender esses patrimônios. Em primeiro lugar, procuro entender o contexto de inauguração da construção do Padrão do Descobrimento (1960), compreendendo as implicações do Estado Novo salazarista para a encomenda do monumento. Neste sentido, pretendo entender qual a relação entre as pretensões do salazarismo e as políticas de patrimônio, atentando-me para valores defendidos durante a ditadura e como eles se expressam no monumento do Padrão do Descobrimento. Além disso, através da coluna de opinião do jornal de extrema direita de Portugal, *O Observador*, tentei identificar quais valores defendidos na ditadura salazarista estão presentes nos discursos publicados pelo jornal.

O outro objetivo é realizar uma discussão em torno do conceito de herança. Com isso, pretendo refletir sobre as formas de preservação e suas possíveis contribuições para o que vem sendo chamado de Antropoceno, uma nova época geológica da Terra fruto das ações destrutivas de parcela da humanidade, principalmente alinhada com os ideais de modernidade e de avanço do capitalismo. As consequências dessas ações são alterações climáticas, elevação dos níveis dos oceanos e aumento da sua acidez, extinção em massa de outras espécies, entre outras consequências danosas para o Sistema Terra. Sendo assim, tentamos responder a algumas perguntas. Como a forma com que lidamos com nosso passado, do ponto de vista patrimonial, pode influenciar o agravamento do Antropoceno? Existem alternativas patrimoniais?

Por fim, além de refletir sobre a memória portuguesa sobre o processo de colonização, por meio de suas representações patrimoniais, pretendo, com este estudo, apontar que este modo de estar no mundo, das sociedades modernas e ocidentais, deve ser repensado não só para propormos formas diferentes de gestão do passado, mas também para refletirmos sobre quais as formas possíveis por meio das quais as existências humanas podem habitar o planeta sem que isso signifique a condenação das outras formas de vida.

### 3.2 NACIONALISMO, LUSOTROPICALISMO E COLONIALISMO

Esta seção tem como objetivo, descrever o contexto histórico do Salazarismo em que o Padrão dos Descobrimentos foi construído. Desse modo, inicio o texto com o período republicanos de Portugal, período importante para compreender o regime Salazarista.

A breve Primeira República de Portugal (1910-1926) terminou com uma grave crise econômica, política e social devido à falta de articulação dos interesses políticos entre seus governantes e a elite burguesa. Isso ocorreu depois de vários conflitos entre os partidos políticos

e movimentos sociais. A invasão a Lisboa, em 17 de junho de 1926, pelas tropas militares, e a indicação do General Manuel Gomes da Costa selaram o fim da República e marcaram o início do período que viria a ser a ditadura (Schiavon, 2011).

Nos primeiros anos da ditadura, Portugal estava em uma grave crise financeira e enfrentava disputas pelo poder. Neste contexto, entre os apoiadores do golpe militar, surge como opção para o ministério das finanças a figura do conservador Antônio Oliveira Salazar, professor de finanças da Universidade de Coimbra. Salazar tinha como missão equilibrar a economia e restaurar a administração pública (Schiavon, 2011).

À frente da economia e da administração do governo português, Salazar exigia o controle absoluto dos orçamentos de todos os ministérios, de forma a impor uma política econômica agressiva por meio de aumento de impostos, o que impactou diretamente a população portuguesa. No entanto, os resultados obtidos possibilitaram que, pela primeira vez em vários anos, o país apresentasse um saldo positivo, o que levou a apelidá-lo de “Mago das Finanças”. Baseado na máxima fascista de Mussolini, “Tudo no Estado, nada contra o Estado”, Salazar adaptou o slogan para as especificidades do regime, “Tudo pela Nação, nada contra a Nação”. Devido ao sucesso político, acabou por assumir a chefia do governo em 1932, preparando o país para uma nova fase da ditadura (Ferreira; Dias, 2016).

Em março de 1933, por meio de um plebiscito nacional, a nova Constituição foi aprovada, concedendo plenos poderes a um novo sistema de governo chamado Estado Novo, liderado por Salazar. A Constituição era presidencialista, subordinando os direitos dos cidadãos aos interesses coletivos e rejeitando as ideias de democracia, liberdade e parlamentarismo. Salazar detinha a totalidade dos poderes, incluindo o de nomeação e demissão de ministros, promulgação de decretos-lei e referendo dos atos do Presidente da República. A Assembleia Nacional, composta apenas por membros de um único partido (União Nacional), tinha o poder legislativo, mas não o direito de fiscalizar o governo (Ferreira; Dias, 2016).

O Estado Novo também promoveu uma ideologia conservadora e tradicionalista, enfatizando valores como pátria, família, paz social e religião. Alinhou os interesses do Estado ao da religião católica, retomando-a como religião oficial do estado após a separação na Primeira República. É neste contexto de eventos e por meio do Ato Colonial de 1930 que o salazarismo buscou fomentar a ideia de que os portugueses tinham uma "missão histórica" no colonialismo, restringindo a autonomia das colônias e centralizando o poder político, cuja ideia está expressa do segundo artigo do Ato: “*é da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam*” (Ferreira; Dias, 2016).

No que se refere à política social, o Estado Novo criou todo um aparato cultural relacionado com a identidade nacional. A “Exposição do Mundo Português”, período em que foi construída a primeira versão do Padrão dos Descobrimentos, realizada em Lisboa entre junho e dezembro de 1940, foi o exemplo por excelência da propaganda nacional-imperialista do regime. A exposição gerou um rearranjo do espaço monumental e urbano da zona de Belém, deixando marcas duradouras na paisagem urbana de Lisboa, tendo como temática a era dos descobrimentos, entendida como a “idade de ouro” da história portuguesa (Peralta, 2022).

O regime também operou no sentido de inscrever no espaço uma memória da dimensão do império. Foram atribuídos a espaços públicos, ruas e avenidas das cidades nomes relacionados à colonização portuguesa. Em 1948, são batizadas, em Belém, as Praças de Damão, Diu, a Avenida da Índia, a Avenida Dom Vasco da Gama, Praça Dom Manuel I, a Rua São Francisco Xavier, a Rua Fernão Mendes Pinto, a Rua Damião de Góis, entre outros. Foi construído o Bairro das Colónias, no centro de Lisboa, que originou a construção das ruas de Angola, Cabo Verde, da Ilha do Príncipe, da Ilha de São Tomé, de Macau, de Moçambique, de Timor, do Zaire e de Angola (Peralta, 2022). Desse modo, havia um forte apelo histórico para salientar um sentimento nacionalista e glorificar as conquistas portuguesas durante a colonização.

No que se refere ao contexto de construção da segunda versão do Padrão dos Descobrimentos, ela ocorreu em 1960, por ocasião das comemorações pelos 500 anos da morte do Infante D. Henrique. Temos como personagens importantes nesse contexto a ONU, com sua política de liberação das colônias europeias, e Gilberto Freyre, com a tese do lusotropicalismo, que serviu para legitimar a posse dos territórios colônias de Portugal.

Durante a Segunda Guerra mundial, Portugal utilizou uma política de suposta neutralidade, o que, na prática, era bastante controverso. Em relação aos Estados Unidos, adotou uma posição esquiva e evitou se alinhar totalmente com a política internacional norte-americana. Ao mesmo tempo, foi anticomunista, se afastando da política ideológica da União Soviética (Pinto, 2009).

Salazar se manteve distante e não declarou apoio aberto a nenhum dos lados durante a Segunda Guerra Mundial. Havia trocas de correspondências entre Salazar e Hitler, cujos conteúdos demonstravam certa admiração de Salazar a Hitler e com efeito alguma similaridade entre os regimes. Como exemplo, podemos citar o campo de concentração de trabalho e extermínio, construído no ano de 1936, em Cabo Verde, e denominado Colónia Penal do Tarrafal. Esse espaço possuía uma dimensão menor do que a dos campos nazistas e seu principal objetivo era a eliminação dos opositores ao regime salazarista. Para esses campos eram

enviados, na grande maioria vezes, presos políticos que cometiam crimes contra o regime, os quais eram submetidos a torturas, maus-tratos e comumente a morte (Campina; Tomás, 2016).

Com o fim do conflito bélico e a criação da ONU em 1945, aumentou a pressão internacional sobre Portugal para a libertação dos países sob seu domínio. Nesse cenário, como resposta à comunidade internacional, em 1951 Portugal pôs fim ao Ato Colonial como normativa das práticas do Estado português diante das suas colônias. Os domínios ultramarinos deixaram de ser chamados *colônias* e se tornaram *províncias ultramarinas*. Mudavam-se os termos, mas as práticas continuavam as mesmas e, em alguns casos, se intensificaram-se devido às revoltas que emergiram nos países colonizados (Campina; Tomás, 2016).

Além disso, havia a necessidade de justificar teoricamente a manutenção das províncias, diferenciando a prática colonial de Portugal em relação aos outros Estados. Também se buscava convencer a sociedade portuguesa da necessidade da administração colonial e demonstrar que os territórios do continente Africano, formavam uma só nação. (PINTO, 2009).

Mesmo com todas as ações de Portugal para justificar sua colonização, a pressão internacional não diminuiu e neste contexto Gilberto Freyre contribuiu para reforçar a necessidade de dominação das províncias portuguesas. Através de algumas obras escritas por Freyre, algumas delas patrocinadas por Portugal, como *Integração portuguesa nos trópicos* (1958), Freyre produziu obras em que o conceito de lusotropicalismo ocupou um lugar central (Pinto, 2009).

Gilberto Freyre propôs a ideia de que Portugal, no século XV, iniciou uma "nova civilização", e, devido ao seu caráter expansionista, conseguiu unir com habilidade o europeu aos trópicos. Essa civilização, caracterizada por Freyre como "lusotropical", desenvolveu um novo tipo de conhecimento experimental ou naturalidade prática, que segundo ele, existiria desde Camões. Esse saber, desenvolvido a partir da união entre portugueses e povos tropicais, resultou em práticas fraternas de assimilação cultural que contrastam com uma abordagem etnocêntrica (Pinto, 2009).

Uma das teses centrais que Freyre utiliza para defender o lusotropicalismo é a ideia de que o indígena e o negro civilizaram o branco português a partir do contato com esses povos. civilizaram o branco português O português, por sua vez, por sua inerente capacidade de adaptação e aceitação de outras culturas, tornou-se lusotropical. Com base nessa ideologia, Portugal tentou legitimar a ocupação dos países africanos, os quais, junto com a metrópole conformariam um só território em função dessa suposta unidade cultural (Pinto, 2009).

O Estado português, utilizou o lusotropicalismo como uma ferramenta de propaganda política, incorporando-o para defender a unidade do Império. A ideia de que Portugal era um

país colonizador diferenciado, representante de uma providência divina que teria levado a nação a desbravar outros territórios, foi amplamente divulgada. Essa estratégia contribuiu para consolidar o domínio do regime sobre seu espaço colonial e enfrentar as pressões internacionais (Pinto, 2009). Essa concepção evidencia uma visão distorcida de parte da população portuguesa sobre seu próprio país, que se perpetua na atualidade, sobre um país que deteria dimensões globais e cuja população se estenderia por todas as suas ex-colônias em função de uma espécie de fraternidade.

### 3.3 O JORNAL O OBSERVADOR: POSICIONAMENTO POLÍTICO

Este estudo teve como fonte as reportagens vinculadas à publicação de Ascenso Simões e sobre o protesto, em forma de pichação, no Padrão dos Descobrimentos. Foram utilizados dois jornais de grande circulação em Portugal: *Diário de Notícias* e *O Observador*. O primeiro título possui um volume maior de matérias publicadas relacionadas aos eventos que são objeto deste estudo e isso contribuiu para compreendê-los melhor. O segundo, analisado com maior profundidade, especificamente a coluna de opinião, possibilitou entender como o discurso defendido no jornal se articula com o projeto de Estado nacional, posto em prática no salazarismo. Nos acontecimentos envolvendo o monumento, foram levantadas publicações no período de três meses após a data do evento.<sup>3</sup> Além desses jornais, outros periódicos foram utilizados com a finalidade de compreender a repercussão dos eventos analisados. Buscou-se verificar em que medida as tensões expressas nas reportagens se relacionam não só ao domínio do patrimônio histórico cultural, mas também aos conflitos de memória que o monumento pode evocar, tais como o processo de colonização português.

Fábio Chang de Almeida (2011), em sua análise sobre o uso de fontes digitais, escreve que é fundamental o uso dessas fontes para pesquisas por elas serem de maior facilidade de acesso para pesquisadores(as) e leitores(as), uma vez que estão disponíveis online. O autor mostra que as fontes à disposição de historiadores(as) são hoje bem diferentes daquelas que levaram a Escola Metódica, por exemplo, a formular seus protocolos de crítica documental. Isso se torna ainda mais evidente para os(as) pesquisadores(as) que trabalham com o tempo presente, para o qual esse tipo de fonte torna-se praticamente inevitável para tratar de eventos recentes (Almeida, 2011).

---

<sup>3</sup> Esse período foi escolhido pelos números de publicações referentes ao evento analisado. Após o período de quatro meses do evento, não foram encontradas reportagens que tratem especificamente do tema.



Fundamental para uma pesquisa com uso de fontes jornalísticas é entender o contexto em que o jornal é publicado, os agentes políticos com os quais possui relações e compreender o posicionamento editorial sobre os eventos noticiados. Enfim, o(a) pesquisador(a) deve estar atento(a) às informações sobre a imprensa utilizada para que suas análises não sejam prejudicadas pelo posicionamento editorial do jornal (Lapuente, 2016).

Um estudo sobre a audiência da imprensa portuguesa constatou que, em 2014, 33% da população declarou que consulta os jornais online várias vezes ao dia, sendo as notícias nacionais de maior relevância para 92% dos entrevistados. No entanto, a percentagem que se interessa pela política nacional é de apenas 14%, número que apresentou crescimento durante a pandemia de COVID-19 (Gonçalves, 2015; Gonçalves, 2020).

Por conta da pandemia, os principais jornais online de Portugal liberaram o acesso aos conteúdos normalmente pagos, para disponibilizar acesso às informações e aos planos de governo sobre o enfrentamento da crise epidêmica. Além disso, o isolamento social fez aumentar a procura por informações digitais, o que resultou em um aumento de 20% de acesso às páginas das plataformas online de notícias (Gonçalves, 2020). Isso fez com que jornais de menor expressividade aumentassem as visitas em suas páginas, como o caso do *O Observador* (Gonçalves, 2020).

O número de visualizações nas páginas de *O Observador*, entre fevereiro e março de 2020, período em que ocorreu o aumento exponencial de casos de COVID-19, dobrou, alcançando a marca de 96,5 milhões no final de maio do mesmo ano. Outro dado interessante é que a coluna de opinião quase triplicou o número de visualizações entre fevereiro e março e se manteve estável até o final de junho de 2020 (Gonçalves, 2020). Esses levantamentos são importantes para dimensionarmos qual a relevância e alcance do periódico.

O jornal *O Observador* começou suas publicações exclusivamente em formato digital em 2014. Seu objetivo, segundo o estatuto editorial, é atender às novas demandas tecnológicas e oferecer conteúdo jornalístico digital com o mesmo rigor de checagem dos jornais tradicionais. No entanto, ainda segundo o estatuto, o jornal se diferencia por não pertencer a qualquer tipo de grupo político ou econômico que pudesse interferir nas publicações do jornal. Entre os membros fundadores estão o jornalista José Manuel Fernandes, o historiador Rui Ramos e o gestor de empresas António Carrapatoso. O jornal é mantido por empresas e acionistas, sendo o empresário Luís Amaral o que detém o maior percentual da empresa (40%). Os custos para manutenção do jornal são obtidos através das publicidades e das assinaturas dos seus usuários (Fernandes, 2014).

O editorial afirma que separa a narrativa dos acontecimentos e suas opiniões, durante o processo de instigação dos acontecimentos, mirando assim numa postura imparcial e responsável. Mas os editores deixam claro que quando necessário o jornal emitirá sua opinião, baseada nos princípios fundadores da civilização ocidental, derivados da antiguidade greco-romana do cristianismo e do Iluminismo (Fernandes, 2014).

Lançado em 1888, na cidade de Porto, o *Diário de Notícias* foi um dos primeiros jornais de grande circulação a publicarem edições em Portugal. Segundo Helena Lima (2017), inicialmente o editorial era voltado para as elites e publicava conteúdos que defendiam os interesses da coroa portuguesa. No início do século XX, o editorial passou por algumas mudanças, ganhando um aspecto mais populista, publicando notícias que chamavam a atenção do leitor, como crimes, moda e posteriormente esporte, além dos acontecimentos políticos e econômicos (Lima, 2017).

No estatuto editorial, publicado no site do jornal, os editores se comprometem com imparcialidade nos posicionamentos políticos e ideológicos, respeitando a liberdade de expressão, garantida na constituição. Durante a leitura do estatuto, podemos perceber a tentativa de demonstrar certa neutralidade, não adotando explicitamente um posicionamento político mais evidente. Destacamos que embora os editores tenham se esforçado para apresentar essa aparente neutralidade, no levantamento das reportagens relacionadas aos dois acontecimentos ligados ao Padrão dos Descobrimentos, num período de três meses após o dia do evento, o *Diário de Notícias* foi um dos que mais escreveram sobre os eventos dentre os jornais de grande circulação de Portugal, e o que mais apresentou elementos para a reflexão sobre as disputas de narrativas e memórias relacionadas ao passado português.

Para analisar a presença de discursos nacionalistas em veículos de imprensa contemporâneos, optei por separar as reportagens pelos temas que são mais evidentes em seu conteúdo, que são: (1) o encontro de culturas e pioneirismo na colonização de Portugal, (2) o Lusotropicalismo e (3) a legitimação da escravidão e da colonização portuguesa. Somado a esses tópicos, o conceito de Antropoceno foi utilizado para compreender em que medida a defesa dos valores ligados à colonização contribui para um modo de experimentar o mundo que está causando efeitos destrutivos no Sistema Terra e impactando todas as formas de existência nele contidas.

Ao todo foram coletadas 14 reportagens, a maioria delas publicadas no jornal *O Observador*. Percebeu-se uma certa repetição dos argumentos que defendiam a manutenção e preservação do Padrão dos Descobrimentos, conforme será possível verificar em alguns trechos destas reportagens, analisados em suas relações com as temáticas indicadas acima.

### 3.1.1 O encontro de culturas e pioneirismo na colonização de Portugal

[...] Nos primeiros tempos da nossa História unimo-nos para expulsar os Mouros e para sedimentar o nosso território. Depois, em plena crise, colocámos as nossas ambições ao vento e esse sopro divino levou-nos para África, para a Índia e para o Brasil. Assim, passámos a ser também Africanos, Indianos e Brasileiros. Desses territórios, transformados em colónias, provieram as riquezas que mascararam a nossa pobreza e deixaram vestígios de grandiosidade espalhados por esse País fora [...] (Carrapatoso, 2021).

[...] Não tenhamos receio de olhar para estes momentos da nossa história e para os símbolos que os representam, com distanciamento, porém com orgulho, com frieza académica, mas também arrepiados por nos reconhecermos em valores tão humanistas, audazes e prodigiosos [...] (Guimarães, 2021).

Os Descobrimentos valem por si mesmo. É um momento fantástico da História da Humanidade, gerador da primeira globalização. Abriram a era moderna através do conhecimento universal. É o maior feito da História de Portugal, sem dúvida. Mas é ainda um momento notável da História da Europa e da História do Mundo, feito por nós. [...] Grande honra, admiração e agradecimento merecem os Portugueses desse tempo e desses feitos. Ninguém, com seriedade, o pode negar [...]. Os Descobrimentos eram algo que tinha de ser feito. Fomos nós que os fizemos! Fizemo-los a quase todos – e com alguns navegadores de outros países. Não, nada pode explicar que se alveje o Padrão dos Descobrimentos com ódio filho único de preconceito e ignorância [...] (Castro, 2021).

[...] Nos anos 80 e 90 do século passado, a história das antigas “descobertas e conquistas” ainda foi ressuscitada oficialmente como uma história de contactos entre povos, de “encontro com o outro”, de “intercâmbio de culturas”. [...] Devemos celebrar os Descobrimentos sem nenhum complexo. Foi por eles que se fez a primeira globalização neste mundo. É por eles que Portugal foi grande e é por eles que se fala português em toda a parte [...] (Meneses, 2022).

Nos trechos transcritos acima, podemos perceber o discurso do português enquanto precursor nas navegações ultramarinas, que, segundo essa visão, proporcionou a aproximação dos europeus com outros povos. Essa ideia está baseada nas políticas de Estado, principalmente vinculadas ao salazarismo, que propagou no imaginário da população o orgulho dos descobrimentos (Cardão, 2014). O lusotropicalismo, que será discutido adiante, foi o principal responsável pelo sucesso da propaganda salazarista de fomentar em Portugal a fantasia do homem como sujeito universalista e pioneiro no intercâmbio cultural (Cardão, 2014).

Essa mística vocacional, da universalidade do português, segundo Cláudia Castela (1999), está baseada no iluminismo enquanto agente aglutinador das aspirações civilizatórias, e, principalmente, no cristianismo, em sua tentativa de unificar todos os povos do mundo em uma única fé. Tal argumento está presente em outros impérios coloniais como Grã-Bretanha, França, Holanda e Bélgica, buscando, com isto, mostrar os benefícios da universalização das civilizações europeias.

Edward Said (2007) escreve que é prática comum dos impérios, em seus discursos oficiais, se distinguirem dos outros por meio da retórica da diferença, buscando convencer suas ações pelas circunstâncias especiais, tais como a missão de educar, civilizar e democratizar, e fazendo o uso da força quando necessário. Ainda segundo Said, é comum nestes cenários de dominação de um povo pelo outro o surgimento de intelectuais que embasam teoricamente a retórica colonialista, buscando evidenciar os aspectos “benignos” dos impérios.

Esse discurso que enaltece Portugal como precursor e responsável pelo primeiro processo de colonização está presente não só nos trechos de reportagens destacados acima, mas também no discurso oficial do Estado. Em um estudo de Miguel Cardina (2016) sobre a relação dos discursos do ex-presidente Aníbal Cavaco Silva (2006-2016) com o passado colonial, o autor evidencia a predominância da retórica universalista e pioneira de Portugal, pois as palavras combinadas “Portugal europeu” aparecem centenas de vezes nos discursos do ex-presidente.

Neste sentido, os trechos das reportagens citados corroboram com os argumentos dos quais, entendem que a construção de um passado colonial português, enquanto agente de aproximação cultural e iniciador das conquistas ultramarinas, está presente em parte da sociedade portuguesa.

### **3.1.2 Lusotropicalismo**

[...] E, por isso, me assumo lusotropicalista, porque acredito, sem a mais pequena dúvida, que é a melhor resposta ao desafio da multietnicidade de Portugal e um legado social, moral e cultural que nos levará a um futuro sempre melhor. Essa “maneira portuguesa de estar no mundo” é uma grande inspiração, não evidentemente nos lugares e momentos onde não foi assim, mas pelos tempos e lugares onde foi assim e que, por isso mesmo, servem de exemplo e guia [...] (Castro, José Ribeiro e. O vandalismo no Padrão e tudo o resto. O Observador, 12 ago. 2021).

[...] As nossas raízes são Celtas, Lusitanas, Judaicas, Fenícias, Cartaginesas, Gregas, Romanas, Suevas, Visigóticas, Muçulmanas. Da soma destes povos emergiu um povo celtibérico, latino, católico, com

laivos mouros, judaicos e germânicos. [...]. De todos os povos pré-Portugal, apropriámo-nos acima de tudo dos Lusitanos, embevecidos com a contenda de Viriato contra o Império Romano. Dessa lenda viva e de outros feitos, em que, apesar de pequenos, nós fizemos grandes [...]. Por causa das nossas origens e das nossas viagens, apesar de nos situarmos no canto da Europa, não temos uma identidade periférica. Somos uma grande mistura, mas uma mistura unida pela nossa língua e pelos feitos gloriosos do nosso passado, dos nossos navegadores, tão bem descritos pelos nossos poetas mortos [...] (Carrapatoso, Nuno Medeiros. Os Portugueses. O Observador, 22 fev. 2021).

[...] É isso: queremos a Praça do Império, plena, defendida e orgulhosa, sem cortes nem purgas, porque ali está a História de Portugal. Queremo-la porque é património, e o património não se discute nem se apaga: cuida-se para o presente e para o futuro. Queremo-la porque na memória dos Descobrimentos e da Expansão está a raiz de Lisboa como grande cidade. Está a raiz, ainda, da grande fraternidade transcontinental e multiétnica da Portugalidade, que tem na partilha da língua e do passado o seu cimento aglutinador. Em ano eleitoral, é esta a oportunidade de Fernando Medina decidir, de uma vez por todas, o que quer representar (Borges, 2021).

No século XX, Gilberto Freyre, desenvolveu a ideia de que Portugal fez emergir uma "nova civilização" de proporções mundiais e multiculturais chamada de lusotropicalismo. Tal conceito seria resultado da supostamente inata habilidade do português de interagir com outros povos. Freyre associa que na interação do português com o indígena e o negro resultou um processo civilizatório do qual emergiu uma sociedade lusotropical (Pinto, 2009). Essa narrativa foi largamente utilizada pelo Estado português, especialmente durante a gestão de Salazar, como uma ferramenta de propaganda política para legitimar a ocupação de países africanos, promovendo a ideia de uma missão colonizadora divina, e, por isso, diferente de outras formas de colonização. A suposta fraternidade, harmonia, plasticidade cultural, tolerância e fácil convívio com outros povos promoveu a crença de que estas virtudes são naturais do povo português e do seu modo de estar no mundo (Castelo, 1999; Pinto, 2009).

Essa forma de "colonização doce" associada ao lusotropicalismo tem sido utilizada para legitimar a ocupação colonial. Isso serviu, no contexto internacional, para defender na ONU, diante da pressão dos países membros pela autonomia das colônias de Portugal, a ideia de que suas províncias ultramarinas eram na realidade o alargamento de uma única nação, de modo que a ocupação dos territórios era uma forma de materializar o lusotropicalismo (Souza, 2021).

No entanto, essa concepção, difundida pelo salazarismo, busca camuflar ou minimizar os variados tipos de violência infligidas no ato de colonizar. Achille Mbembe (2018) escreve que, para além das questões morais ligadas à colonização na modernidade, havia a convicção

que o processo colonizador promoveu a pacificação e segurança entre os povos das colônias. Juntamente com isso, havia a persistência das noções do cristianismo para os “infieis” e “pagãos” que viviam na sua natural inferioridade. Havia também os interesses políticos e econômicos por novos mercados e novas rotas de comércio e na extração de matéria prima das colônias, alimentando assim as fábricas e indústrias europeias por meio do trabalho escravo ou forçado. Essa investida europeia nos territórios colonizados tinha pretensões universalizantes de domínio do território, do solo e das populações. A objetificação dos corpos negros era talvez o processo de violência mais severo e profundo, a ponto de tal dominação ser tão cortante, que o negro se via alienado da sua própria terra, da sua língua, do seu corpo, da sua história e de sua existência (Mbembe, 2018).

Se, no passado, o discurso do lusotropicalismo serviu para legitimar a colonização, na atualidade, segundo Vítor de Sousa (2021), essa ideologia é utilizada para embasar a teoria de que o povo português é hospitaleiro, tolerante a outras raças e se adapta bem a outras culturas, camuflando o racismo e o etnocentrismo presentes em Portugal. Podemos citar como exemplo a xenofobia contra brasileiros que moram em Portugal, algo bastante noticiado pela mídia brasileira. Recentemente, no aeroporto da cidade de Porto, houve um episódio envolvendo uma brasileira e uma portuguesa, em que uma discussão resultou em ofensas xenofóbicas pela portuguesa: "Pode filmar o que você quiser, pode até pôr na internet. Sua porca. Vai para a sua terra, sua porca. Sou portuguesa de raça. Você que é brasileira. Vá para a sua terra. Estão invadindo Portugal, essa raça de filha da puta" (g1, 2023).

Episódios como este são frequentes para imigrantes brasileiros(as), sendo está a maior comunidade de estrangeiros em Portugal, alvo frequente de racismo e xenofobia. Um levantamento feito pela Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) apura que, de 2017 a 2021, as denúncias de racismo e xenofobia feitas por brasileiros cresceu 505%, sendo que a maior parte delas refere-se à nacionalidade, na tentativa de inferiorizar a população brasileira em Portugal (Amato, 2023). Tal dado demonstra que os fragmentos destacados acima estão imersos na ilusão de um Portugal historicamente fraterno.

### **3.1.3 A escravidão: cruel, mas justificada**

[...] Muita gente até há pouco tempo, exigia ao Estado português confissões de culpa com os correspondentes pedidos de perdão, reclamando uma política de reparações para com esses povos, sob a forma de compensações de vária natureza. Não há razão nenhuma para que Portugal peça unilateralmente desculpa por uma relação mutuamente assumida com outros povos (num processo histórico que foi de facto

cruel e injusto, mas muito mais complexo do que aquilo que nos tentam fazer crer). Nunca é demais lembrar que o tráfico de escravos foi uma prática que surgiu e se manteve durante muito tempo por vontade de traficantes portugueses (e de outras nações ocidentais) e de chefias africanas. [...] A Escravatura foi sendo ilegalizada e combatida a partir dos finais do século XVIII, graças ao advento e triunfo de uma nova ideologia e de um movimento político nascido no Ocidente: o abolicionismo. [...] (Meneses, 2022).

[...]. Quanto à escravatura, não há que a esconder, mas conhecê-la na sua realidade. Não tem nada de brilhante, mas tudo de detestável e hediondo. Neste domínio, infelizmente não fomos melhores que os outros. Mas também não fomos piores. A escravatura era praticada em África quando lá chegámos. Juntámos esse comércio humano a outros que fazíamos. Fazíamos-lo em conjunto com poderosos africanos, sobretudo da costa ocidental, que já praticavam ancestralmente a escravatura e seu comércio – e também para longas distâncias, através de mercadores árabes, desde há muitos séculos antes. Esse nosso tráfico transatlântico foi feito com ingleses, franceses, holandeses e espanhóis, servindo o propósito da colonização das Américas. Acabou, em definitivo, no século XIX, com os primeiros actos de limitação ou proibição nos finais do século XVIII. [...] o Ocidente também sujou as mãos na escravatura, mas foi o facto de a escravatura se cruzar e chocar com os valores morais do Ocidente que conduziu, finalmente, à emergência da consciência abolicionista e levou à sua abolição, pela primeira vez em toda a História da Humanidade. É o que temos de assegurar e celebrar. Nunca mais! [...] (Castro, 2021).

No século XX o que se identifica como descolonização serviu ao bloco comunista para alargar geograficamente a sua influência. O resultado foram décadas e décadas perdidas por África, acabando-se no paradoxo de a falta de condições de vida levar agora o povo dessa África liberta a arriscar a vida para conseguir vir trabalhar nas suas antigas potências coloniais. [...]. O balanço da descolonização não só nunca foi feito como se reforçou a linguagem que a faz equivaler a uma democratização: chamamos movimentos de libertação a partidos que instauraram regimes totalitários, produziram oligarquias insaciáveis, torturaram e assassinaram em massa. [...]. Agora já estamos na fase da violência: é a violência quem mata, tortura, decapita. Isto em África e o que acontece nessa África que outrora tanto queriam libertar nada interessa agora aos nossos descolonizadores [...] (Matos, 2021).

Nos trechos destacados acima podemos perceber a presença mais marcante de dois tipos de argumentos. O primeiro defende a ideia de que já havia um processo de escravização na África e por esse motivo Portugal e outros países da Europa não podem ser os únicos responsáveis pelo processo de escravização. O segundo sustenta que após a descolonização as ex-colônias portuguesas vivem em conflitos e são lideradas por pessoas que perpetuam a violência. Neste sentido, serão analisados, a seguir, os dois argumentos em conjunto.

Em *Crítica da Razão Negra* (2018), Achille Mbembe escreve sobre a forma por meio da qual o dualismo ocidental contribui para fomentar a ideia da superioridade ocidental. Mbembe salienta como o hemisfério ocidental se esforçou em criar mitos que fundamentam seu poder e sua autoconfiguração como centro do mundo, detentor da razão e da verdade universal. Nessas narrativas mitológicas, o Ocidente se apresenta como o mais civilizado e único capaz de intervir noutras terras e assim extirpá-las de suas bestialidades. Ao Ocidente é atribuído um território como único capaz de organizar uma sociedade com a noção do humano, pautado nos direitos civis e políticos e nos direitos privados e públicos. Além disso, nessa visão de superioridade, o Ocidente é apontado como o responsável por aglutinar uma variedade de costumes aceitos por diferentes povos, abarcando as diplomacias, leis da guerra, direitos de conquista, moral pública, boas maneiras, técnicas de comércio, religião e governo (Mbembe, 2018, p. 29).

Ainda segundo Mbembe, isso contribui para o que ele chama de fabricação do sujeito racial. A princípio o Ocidente produziu o conceito de raça, ainda que ela não exista enquanto fato natural, físico ou genético. Para Mbembe, raça é uma ficção útil, uma construção fantasmagórica ou uma projeção ideológica, com a função de desviar a atenção para outros conflitos, como por exemplo a luta de classe ou de sexos. O dualismo ocidental, neste sentido, encontra-se justificado no mito da superioridade racial para infligir todo e qualquer tipo de violência nas colônias. Essa figura racial se dirigiu ao negro, cuja sua existência foi e é objetificada como uma vida inacabada, vegetal e limitada. Figura inferior em comparação a qualquer outra figura, o negro era por excelência o outro, nascido do vazio, da vacuidade, sendo comparado à destruição, à morte do dia, à inominável noite no mundo (Mbembe, 2018, p. 29).

Essa fabricação do sujeito racial é também devida ao trabalho nas colônias, à destituição dos direitos cívicos, à separação em relação a todos os outros humanos, à sua servidão, dos seus filhos e seus descendentes. Por isso justifica-se uma série de dispositivos jurídicos escravocratas, com maior intensidade durante as revoltas coloniais, que legalizaram a objetivação do escravizado. Este é o processo de fabricação do sujeito negro, elemento central para o desenvolvimento do capitalismo e conseqüentemente da acumulação de riqueza (Mbembe, 2018, p. 45).

Essa análise do Ocidente feita por Mbembe contribui para a compreensão dos motivos pelos quais parte dos portugueses defendiam e defendem a ideia de que as antigas colônias não possuem capacidade de organização social, política e econômica. As metrópoles seriam assim as responsáveis pela coesão social, justificando a ocupação territorial e o controle social. Vale ressaltar que avaliação do que é civilização ou não passa por filtros eurocêntricos, que negam qualquer tipo de organização social que não se baseie na tradição europeia. Steven Feierman



(1993) escreve um texto bastante esclarecedor sobre como, ao se deparar com as sociedades do continente africano, a Europa utilizou suas próprias concepções de mundo para contrapor as formas de organização encontradas em outros territórios, criando assim um “checklist civilizacional” sobre o que uma sociedade deve ter para ser considerada civilizada.

A dualidade ocidental também pode ser aplicada à tentativa de justificar a escravidão. Igor Kopytoff e Suzane Miers (1979) mostram como a palavra "escravidão", no contexto africano, foi distorcida na língua inglesa, provocando uma série de imagens preconceituosas. Para os autores, a definição de escravidão está associada com o regime de plantação dos Estados Unidos e do Caribe Britânico. Nele o escravizado é primeiramente uma mercadoria para ser comprada, vendida e herdada. Como tal, está totalmente sob poder do seu proprietário, não possui nenhuma escolha e está sujeito a qualquer ação que lhe cause dor, sofrimento e morte. Na visão dicotômica do ocidente, a antítese da escravidão é a liberdade, pois uma pessoa livre não pode ser vendida, trocada ou fisicamente maltratada por qualquer indivíduo. A diferença entre liberdade e escravidão, neste contexto, é fruto de estereótipos modernos e fornece uma base para efeito de comparação e referência que são utilizadas para classificação e identificação das sociedades não-ocidentais (Kopytoff; Miers, 1979).

Com efeito, quando estudiosos ocidentais entram em contato com sociedades africanas tradicionais, logo perceberam que havia pessoas em condições de escravizadas, que haviam sido compradas ou capturadas, assim como no ocidente. No entanto, as semelhanças são limitadas a essas características. Ainda que para a visão dos ocidentais os escravizados na África vivessem e trabalhassem como nas colônias, muitos nem eram considerados como bens e, portanto, não poderiam ser vendidos. Alguns escravos tornavam-se pessoas poderosas e muito ricas, podiam comprar pessoas e outros eram utilizados economicamente nas propriedades, mas não eram considerados apartados da sociedade como nas colônias (Kopytoff; Miers, 1979)

Neste ponto, vale ressaltar que a escravidão na África existia desde a antiguidade. A maior parte dos escravos era utilizada no interior das sociedades para trabalhos domésticos, como soldados ou concubinas. Foram principalmente comercializados com a expansão muçulmana a partir do século VII. A escravidão doméstica, na maior parte das sociedades africanas, caracterizava-se por uma estrutura complexa e com especificidades para cada localidade através da dependência pessoal, das linhagens e parentescos (Feierman, 1993; Kopytoff; Miers, 1979; Souza, 2018). As principais fontes de escravos na África eram as guerras e sequestros, como punição por crimes de assassinato, adultério, roubo e para saldar dívidas. As pessoas poderiam voluntariamente se tornar escravizadas para o próprio sustento

ou da família em casos de secas, pragas, chuvas excessivas ou incêndios (Souza, 2018). Nesse sentido, ainda que com algumas similaridades entre a escravidão nas colônias e as praticadas em África, a tentativa de equiparar os dois processos desconsidera a complexidade e as particularidades das sociedades africanas (Uchendu, 1979), não podendo servir como justificativa para minimizar a escravidão colonial.

O que desejo evidenciar nesta análise do processo de escravização nos territórios Africanos é que a “escravidão” já existia, principalmente nas localidades sob domínio mulçumano, antes da entrada do europeu, e que as estruturas permaneceram as mesmas após o avanço do tráfico colonial de escravizados. Não podemos utilizar como baliza o binômio ocidental e afirmar que a escravização africana era mais benigna que a colonial, pois não se trata de dizer qual foi melhor ou pior (Feierman, 1993; Kopytoff; Miers, 1979). Também não é possível afirmar que a escravidão europeia era uma extensão ou um reflexo do que era encontrado em terras africanas. O que tentei demonstrar, de forma bem sucinta, é que devemos compreender em suas especificidades os processos de escravização africanas. Feierman (1993) escreve que os estudos sobre a história africana nos conduzem para além das representações eurocêntricas que colocam a Europa como narrativa principal, deixando as histórias africanas ou latino-americanas como um apêndice mal formado num contexto de quadro geral. Para a compreensão histórica da África devemos ouvir as vozes africanas, as mesmas que foram silenciadas dentro da história europeia, e ceder o espaço das narrativas eurocêntricas para a história africana.

#### 4 LUSOTROPICALISMO E ANTROPOCENO

Diante da proposta inicial deste OA, trarei agora a relação da crise climática, o Antropoceno, com os valores defendidos nos trechos das reportagens destacados anteriormente. Para melhor compreensão, é válido salientar especificamente quais valores presentes nesses documentos contribuem para uma narrativa, que além de ter contribuído para o surgimento do Antropoceno, dificultam o entendimento de que as ações humanas estão diretamente relacionadas ao aquecimento global. Tais valores são: a colonização como progresso da humanidade, a suposta troca cultural entre europeus e não europeus e a universalização da civilização forjada na Europa.

Apesar do impacto cultural na mídia e nas conversas cotidianas, assim como o aumento exponencial do volume de publicações científicas relacionadas à emergência climática, esta preocupação não é tão recente no Ocidente. No fim do século 19, Svante Arrhenius publicava o artigo “On the Influence of Carbonic Acid in the Air upon the Temperature of the Ground” (1896), no qual já se apontava que o aumento de dióxido de carbono na atmosfera poderia, a longo prazo, contribuir para o aumento do efeito estufa. O efeito estufa é um fenômeno natural e necessário para a vida no planeta, pois ele impede que o calor proveniente do sol seja dissipado totalmente para o universo. Em outras palavras, o efeito estufa funciona como se fosse um cobertor que mantém aquecido o planeta, o que possibilita a proliferação da vida. Se não houvesse o efeito estufa nosso planeta seria uma gigantesca bola de gelo (Galante *et al.*, 2016).

O problema que Arrhenius começa apontar é que o aumento de gases de efeito estufa provoca o aumento na retenção do calor na terra, o que acarreta em desequilíbrios em todas as formas de vida. Neste artigo, Arrhenius também aponta para uma possível causa humana do aumento da concentração de dióxido de carbono na atmosfera derivado da queima de combustível fósseis, tecnologia fundamental para o projeto moderno das sociedades ocidentais.

A respeito da modernidade, podemos entendê-la como um conjunto amplo e complexo na organização das sociedades ocidentais, que a partir do século XVIII inaugura uma forma de racionalização da vida (Silva; Silva, 2009). Há uma separação entre cultura e natureza voltada para a transformação do mundo assim objetificado num estoque de recursos ilimitados para o desenvolvimento capitalista (Silva; Silva, 2009; Latour, 1994).

Segundo Bruno Latour (1994), a experiência moderna do tempo corresponde a uma flecha irreversível do tempo, em que o progresso da ciência e do capitalismo ditam o ritmo de todas as outras coisas e formas de vida. Tudo aquilo que não avança no ritmo do progresso é considerado arcaico, atrasado e irracional. O uso da violência é justificado e direcionado para

aqueles que interrompem a marcha acelerada em direção ao futuro das sociedades modernas ou para os outros que não fazem parte deste projeto moderno e civilizatório de sociedade, como por exemplo os povos da África (Vital, 2014).

Com relação ao Antropoceno e a colonização, existem diversos pesquisadores(as), com diferentes abordagens, que se debruçam sobre a ligação entre esses dois fenômenos. Nos parágrafos a seguir, analisarei os trechos jornalísticos transcritos acima, sob a ótica da colonização, enquanto um evento que contribui para a crise climática e que também dá continuidade, por parte das sociedades ocidentais, a uma forma de experiência no tempo, que além de ter ajudado a provocar essas alterações climáticas, tem nos levado em um ritmo acelerado para o colapso do Sistema Terra como o conhecemos.

Antes de adentrarmos na reflexão sobre a relação entre Antropoceno e colonização, convém antes entendermos o conceito de tempo geológico. Para os geólogos, os marcos temporais definidos para a Terra são determinados por mudanças planetárias que deixam evidências em seus estratos. Essas mudanças podem ser constatadas por meio de registros em material geológico estratigráfico, como rochas, geleiras ou sedimentos marinhos (Lewis; Maslin, 2015). Evidências geológicas sugerem que a terra está saindo da atual época geológica, o Holoceno, e adentrando em uma nova época, em que as ações humanas estão determinando essas alterações, chamada Antropoceno (Lewis; Maslin, 2015; Lightfoot, *et al.*, 2013).

Contudo, uma das discussões que movem os debates atuais acerca do Antropoceno é a definição de seu início. Três eventos estão no centro deste debate: a colonização, a Revolução Industrial e a Grande Aceleração de 1960 (motivado pelo avanço tecnológico e teste nucleares) (Lewis; Maslin, 2015). Neste estudo, defendo que a colonização é um dos eventos fundamentais para o surgimento do Antropoceno.

Desde o início do processo colonial europeu, a ecologia planetária sofreu alterações significativas. A rápida expansão do empreendimento colonial, por meio das plantações, comércio de escala global, pesca, alterações de ecossistemas devido à troca de animais e plantas, além do brutal declínio das populações indígenas devido ao contato com o europeu, repercutiu sistematicamente no clima da Terra (Lightfoot, *et al.*, 2013; Ruggieri, 2022).

Um exemplo das alterações ambientais e climáticas causadas pela colonização está na escalada comercial das plantações de açúcar, algodão, tabaco, cacau e café. Antes da exploração colonial nas Américas, alguns povos indígenas trabalhavam nas plantações para aumentar a diversidade e a disponibilidade de plantas e animais, estabelecendo uma forma de troca com os seus territórios. A instalação dos colonos e a implementação da monocultura causou profundas alterações nesta forma de plantar que impactaram o horizonte dessas localidades, tais como

desflorestação, queimadas, erosão e exaustão do solo, deixando-o com poucos nutrientes e muitas vezes infértil por um período de tempo (Lightfoot, *et al.*, 2013).

Para embasar o argumento de como os fluxos de seres vivos para lugares distintos durante a colonização impactaram todo um ecossistema, podemos utilizar o relatório produzido por Marissa Weiss, pesquisadora da universidade de Harvard. Neste relatório, Weiss alerta sobre o transporte de insetos nos paletes que circulam em vários países do mundo (Tsing, 2020). O palete se tornou uma ferramenta de transporte internacional essencial para o desenvolvimento do comércio capitalista após a Segunda Guerra Mundial. Sua produção já é em si um problema ecológico pelo desmatamento que sua fabricação provoca. No entanto, além disso, há todo um ecossistema que vive na madeira, que quando transportada para outros lugares expõe os outros ecossistemas a todos os riscos de contato, como a doenças infecciosas, por exemplo (Tsing, 2020).

Com efeito, narrativas em Portugal que defendem o passado colonial, principalmente o elegendo como o grande responsável pelo contato com outros povos e como sendo o precursor do processo de globalização, não só ignoram e buscam silenciar todas as formas de resistências humanas e não humanas da violência colonial. Elas também contribuem para a escalada produtivista e consumista, impulsionada pela ideia de progresso, as quais não só contribuem para o avanço do Antropoceno, mas também dificultam as ações que buscam promover o combate aos efeitos nocivos das ações das sociedades ocidentais para o Sistema Terra.

Para finalizar, quero me debruçar no segundo aspecto que pode ser observado nas reportagens, aqui destacadas, do jornal *O Observador*. Refiro-me à experiência ocidental do tempo, isto é, às nossas concepções fundadas na modernidade, de origem iluminista, que estabelecem relações violentas e desiguais com todas as formas de vidas, sejam elas humanas ou não humanas. Para não me estender demasiadamente, focarei na produção dos discursos eurocêntricos que, desde a colonização, conduzem as sociedades ocidentais a formas arbitrárias de poder com todo e qualquer tipo de vida ou conhecimento.

Nos fragmentos de reportagens acima, podemos perceber que no discurso de parte da sociedade portuguesa há uma nítida percepção de que a Europa é o farol que guia as demais sociedades às melhores condições de vida. Qualquer outra forma de experiência do tempo, particularmente a do negro, é vista como inacabada, pouco eficaz e equivocada, e por estes motivos deve ser modificada. O modo de se vestir, de comer, de relacionar com o seu corpo, as músicas, as falas, seu corpo, devem de uma forma ou outra serem alteradas e espremidas para as concepções ocidentais (Mbembe, 2017).

O mito do desbravamento do europeu, principalmente de Portugal, o lusotropicalismo e a justificativa da escravidão, são tentativas de dominação e domesticação pelos europeus, que desde a colonização tentam marcar corpos humanos e não humanos em sua fixação civilizacional. Por mais que haja movimentos de alteração, essa lógica eurocêntrica nas sociedades ocidentais é tão profunda que é preciso fazer muito esforço para alterá-la (Amselle, 2005).

Michael Simpson (2020) analisa de que forma os discursos do meio científico produzidos sobre o Antropoceno evocam narrativas semelhantes sobre as ideias de progresso, modernidade e colonização. Para tal estudo, Simpson avalia os discursos que foram produzidos desde o início do século XX sobre alterações climáticas e as formas eurocêntricas contidas neles. Após esse resgate histórico, Simpson volta suas atenções para as pesquisas mais contemporâneas sobre o Antropoceno, utilizando, para isso, um dos artigos mais famosos sobre o tema, produzido por Will Steffen, Paul Crutzen e John R. McNeill, com o nome “O Antropoceno: os humanos estão agora dominando as grandes forças da natureza (2007)?”. Ao aproximar os discursos sobre as mudanças climáticas no início do século XX e as pesquisas atuais, Simpson encontra um padrão, que alude aos ideais de progresso, civilização e a Europa sendo a precursora das transformações planetárias. Em primeiro lugar, esses discursos apresentam uma concepção de tempo em etapas, em que os avanços e transformações da Europa impactam as outras formas de existência e produzem novos estágios históricos e geológicos. Em segundo lugar, desenham um quadro em que os impactos dos seres humanos antes da Revolução Industrial estavam dentro dos limites aceitáveis, mas com o avanço do processo industrial a capacidade humana de modificar a natureza se torna mais profunda. E em terceiro e último lugar, adotam uma visão teológica do iluminismo, em que os humanos alcançam um estágio superior, por meio dos princípios do liberalismo e democracia, alcançando a dominação racional e benevolente da natureza. Desse modo, Simpson tenta demonstrar como esses discursos produzem a centralidade europeia na produção das formas de compreensão das alterações climáticas, reproduzindo com isso os padrões de dominação colonial.

## 5 PATRIMÔNIO CULTURAL E A CATÁSTROFE CLIMÁTICA

Em sua concepção original, o termo herança está atrelado ao conjunto de características jurídicas, econômicas e biológicas que as pessoas herdam de seus familiares. O uso de herança foi gradativamente alterado, durante os séculos XVIII e XIX, para o conceito de patrimônio, que nestes séculos serviu para atribuir valor histórico a determinados monumentos. Sobre monumentos, seu significado etimológico deriva do *latim* e significa *lembrar a memória*. Deste modo, monumentos podem ser estátuas, túmulos, tumbas, inscrições, cerâmicas, entre outros, que intencionalmente foram construídos por uma comunidade humana com o objetivo de lembrar para os presentes e projetar para o futuro sua marca identitária (Choay, 2011).

No século XX, a expressão *monumento histórico* foi substituída por uma concepção mais alargada de herança, o patrimônio cultural.<sup>4</sup> Entende-se por patrimônio cultural todo bem material ou imaterial que possui valores identitários, simbólicos, históricos e que constituem a cultura de determinados povos. Nessa concepção mais atual de patrimônio, abandona-se a ideia de que algo precisa ser materializado para se tornar patrimônio e passam a serem aceitas outras manifestações culturais e naturais (Silva; Silva 2009). A título de exemplo, podemos citar o queijo minas, que, ainda que com elementos diferentes na receita para cada região, é considerado no Brasil um patrimônio nacional. Nesse caso, por não possuir uma forma física e sim do registro de um saber, trata-se de um patrimônio imaterial (Meneses, 2006).

Pode-se perceber que o patrimônio cultural está diretamente atrelado àquilo que determinada parcela da sociedade acredita ser importante preservar e comemorar como memória. Esse movimento de eternizar uma herança é marcado por tensões e disputas de narrativas, pois, como pretendo demonstrar a seguir, alguns bens patrimoniais podem ser sinônimo de orgulho para um grupo social e ao mesmo tempo serem ofensivos para outros.

Muitos autores do domínio do patrimônio têm relatado o uso do patrimônio cultural como uma das formas de construção da identidade nacional. A construção de monumentos cria uma narrativa de origem, enaltecendo as conquistas do passado. Esses estudos também contemplam discussões que vão desde os processos artísticos e de curadoria até os embates sobre memória, intervenção, ressignificação e destruição.

---

<sup>4</sup> Antes da predominância do conceito de patrimônio cultural, Françoise Choay (2015) demonstra a importância da diferença de sentido entre os conceitos de *monumento*, que foi utilizado até o século XIX na Europa para nomear principalmente obras arquitetônicas construídas com objetivo de eternizar um momento da história de uma sociedade, e *monumento histórico*, utilizado a partir do século XIX por historiadores e historiadores da arte que selecionavam entre as construções existentes aquelas às quais se poderia atribuir valor histórico ou artístico. Desse modo, o monumento é construído com objetivo de ser lembrado e o monumento histórico preservado a partir de uma seleção atrelada a uma historiografia moderna emergente.

Historicamente, a partir do século XVIII, os monumentos adquirem importante função na construção dos Estados modernos e das identidades nacionais. Esses monumentos, aos quais foram atribuídos valores de validação das narrativas legitimadoras do poder do Estado, serviram como dispositivos capazes de domesticar a experiência do tempo, reduzindo-a a uma concepção evolutiva e linear de progresso atrelada ao incremento da produção capitalista. Aloïs Riegl, no entanto, já apontava para uma grande diversidade de tipos de valores patrimoniais, que poderiam ser classificados como históricos, artísticos, cognitivos, de uso, entre outros (Lowande; Corrêa, 2021). Todavia, os valores que são atribuídos aos monumentos na vida prática das pessoas são múltiplos e expressam a pluralidade de conflitos políticos. Vale ressaltar que esses valores podem não aparecer de maneira isolada, mas também se combinar, transformarem-se, sobrepreem-se e agruparem-se de diversas formas (Meneses, 2009).

Além disso, as transformações recentes do regime de historicidade moderno levaram a uma ampliação exponencial das categorias e das práticas patrimoniais (Hartog, 2006). Esse excesso de patrimônios não só cria disputas sobre narrativas históricas, mas também disputas sobre a memória, que correspondem às tensões sociais e políticas estabelecidas no tempo presente (Gonçalves, 2012).

A questão da preservação do patrimônio é, sem dúvida, uma das mais atuais no campo das ciências humanas. Rodney Harrison (2013), por exemplo, relaciona a prática de preservação como um novo fetiche das sociedades modernas. A prática de preservar, além de estar relacionada com disputa por narrativas e memórias, tornou-se um modo de viver o passado no presente, ou melhor, uma prática de consumo do passado. Essa postura nos coloca diante de uma situação que dificulta os estudos historiográficos, pois o interesse sobre a história não reside mais em interpretá-la, mas sim em vivenciá-la (Holtorf, 2017).

Propostas como a do deputado Ascenso Simões e protestos envolvendo monumentos não são algo recente, conforme nos mostram alguns exemplos. Na França, a derrubada da Bastilha foi um marco importante na Revolução Francesa (Correa, 2020). No *Budapest's Szobor Park* (Parque Szobor de Budapeste), inaugurado em 1993, existem 42 estátuas memoriais do comunismo, que após a queda da União Soviética foram derrubadas ou destruídas, sendo o objetivo do parque narrar a ascensão e a queda do comunismo a partir da exposição das estátuas (Harrison, 2013).

Mais recentemente, os protestos espalhados pelo mundo contra o racismo estrutural, após a morte de George Floyd em 2020 no Estados Unidos, tiveram como alvos monumentos de personagens que tinham ligações históricas com a escravização, comércio de escravizados, invasão de terras durante a colonização e extermínio de povos indígenas. Em Lisboa, por



exemplo, a estátua de Padre Antônio Vieira foi alvo de pichação e, no mesmo dia, uma petição foi criada para a remoção do Padrão dos Descobrimentos (Lisboa, 2020).

Deste modo, existe um campo emergente de investigações sobre as formas de lidar com monumentos que podem ser ofensivos a determinados grupos sociais, e que podem nos auxiliar a decidir se eles devem ser destruídos, retirados para um espaço diferente do atual ou se devem ser ressignificados. De todo modo, a disputa em torno do patrimônio cultural é vasta e antiga, e nos possibilita pensar sobre as questões que cercam nosso presente.

Uma das questões do nosso presente que está em discussão no domínio do patrimônio cultural é a sua relação com a nova época geológica do Antropoceno.

Antes desta nova época geológica, o Antropoceno, o Holoceno se caracterizou pelo início da sedentarização dos povos, com a difusão de práticas como a agricultura, há aproximadamente 11.000 mil anos, o que também causou diversas mudanças nos sistemas biofísicos da Terra (Silva; Arbilla, 2018). Atualmente, há várias pesquisas que procuram delimitar o período em que se inicia a época do Antropoceno. As pesquisas mais recentes indicam três possibilidades de datação do período: séculos XVII, XIX e XX (Simpson, 2020), sendo os eventos relacionados a estas épocas a Colonização, a Revolução Industrial e a Grande Aceleração, respectivamente. Embora a maioria dos pesquisadores indique a Grande Aceleração como o período mais indicado para o marco do Antropoceno (Lucci, 2018), outros entendem que o Colonialismo e a Revolução Industrial são relevantes para a deterioração do Sistema Terra.

O conceito de Antropoceno se refere a uma nova época geológica produzida por parte das sociedades modernas, pois o modo de produção, consumo, exploração do solo e efeitos dos gases de efeito estufa causaram impactos no Sistema Terra que são irreversíveis, afetando todos os seres vivos da Terra (Silva; Arbilla, 2018).

O conceito de Grande Aceleração se refere ao período posterior à Segunda Guerra Mundial. Depois da recessão econômica por conta do conflito bélico, o avanço da economia liberal, juntamente com a corrida armamentista e tecnológica impulsionada pelo conflito geopolítico entre Estados Unidos e União Soviética, foram fundamentais para a aceleração das condições que agravam os efeitos do Antropoceno. Produtos obtidos pelos recursos renováveis ou não, como madeira, água, fibra e combustíveis fósseis tiveram sua procura incrementada num período de sessenta anos mais do que em qualquer época na história (Santos, 2009). Conseqüentemente, esse aumento de demanda ocasionou uma maior degradação dos sistemas naturais, contribuindo para as mudanças ambientais que estamos vivenciando hoje.

Outro evento histórico vinculado ao surgimento do Antropoceno é o período da colonização, iniciado em 1492 com a chegada dos europeus ao Caribe. Para essa vertente de estudos foram fundamentais as mudanças causadas pelas trocas de produtos entre os continentes, incluindo produtos agrícolas, a pecuária, a troca de objetos, a exploração dos sistemas florestais, a troca de animais, a mistura de biomas, a utilização do fogo, as fundações de empresas coloniais nas Américas e, sobretudo, a diminuição acentuada da população que vivia nos continentes americanos, por conta das mortes geradas pelo tráfico e no contato com os europeus. Esse evento modificou todos os sistemas naturais, como por exemplo a queda acentuada do CO<sub>2</sub> na atmosfera, interferindo na alteração climática da Terra (Lightfoot, *et al.*, 2013; Erickson, 2020).

Esses estudos indicam que a colonização proporcionou o início de mudanças significativas no Sistema Terra. Somam-se a isso o processo de expansão capitalista e a Revolução Industrial, que, juntos, intensificaram em um curto período de tempo mudanças climáticas que resultaram na época do Antropoceno.

A justificativa de usar esse conceito neste trabalho sobre patrimônio baseia-se nos estudos de Rodney Harrison (2015), Anna Tsing (2020) Lewis e Maslim (2015), Walter Francisco Figueiredo Lowande (2020, 2021 e 2023) que, além de relacionarem a colonização com o início da época do Antropoceno, buscam compreender como a nossa relação com o tempo e a forma que entendemos e trabalhamos nossas heranças impactam diretamente na degradação dos ecossistemas. Além disso, podemos pensar, através das reflexões apontadas neste texto, em outras formas de heranças, que se preocupem com o clima, justiça ambiental e legados não humanos, possibilitando o alargamento da forma como entendemos nosso passado e as heranças para o futuro (Harrison; Sterling, 2020).

## 6 MONUMENTOS CONTESTADOS E ANTIMONUMENTOS EM PORTUGAL

Até o momento tenho tentado chamar a atenção para uma crítica ao patrimônio cultural, principalmente atrelado à construção dos Estados nacionais. Pretendo, nesta última sessão, demonstrar que os bens patrimoniais, mesmo que na sua origem estejam enaltecendo o período colonial, podem adquirir outros sentidos e reflexões. Para embasar estes argumentos, apresentarei alguns protestos direcionados a patrimônios em Portugal, que contestaram as narrativas coloniais mais predominantes do passado português. Esta discussão será retomada na terceira parte deste OA, quanto será mais diretamente articulada a práticas educativas.

Em 1962, o poeta Ernesto Melo e Castro (1932-2020), publica um livro chamado *Ideograma*, cujo conteúdo é um conjunto de poemas numa disposição de escrita que desperta o interesse do leitor. Dentre estes poemas, nos interessa em particular o *Monumento*, onde se lê: “*Deixem os homens serem livres e deixem os livres serem homens*” (tradução nossa). O poema foi escrito no início da guerra colonial, conflito que se iniciou em 1962 e teve fim com a Revolução dos Cravos em 1974. É um protesto contra a investida portuguesa que buscava conter os movimentos de independência dos países africanos colonizados por Portugal (Santos, 2022).

Já em 1994, a construção de um monumento nacional, denominado *Monumento aos Combatentes do Ultramar*, gerou bastante ruído em parte da sociedade portuguesa por homenagear combatentes das guerras de libertação das ex-colônias (Freire, 2019). Principalmente no contexto de 20 anos após a Revolução dos Cravos, o debate sobre as motivações da guerra de ultramar estava bastante acalorado e uma parcela da população já fazia críticas sobre o período das guerras nas colônias (Maurício, 2011).

Em 1997, em Lisboa, foi erguida uma escultura pública em homenagem à Revolução dos Cravos, que gerou bastante polêmica em Portugal. O monumento, chamado *Monumento ao 25 de Abril*, criado por João Cutileiro, feita de blocos de mármore, tem uma forma fálica e funciona como fonte. Segundo Mariana Pinto dos Santos (2022), essa forma sugere a leitura da revolução enquanto ejaculação, representando o orgasmo do masculino no combate. A escultura também conta com um elemento que incorpora um cravo de mármore, símbolo da Revolução de Abril.

Essas duas expressões artísticas, citadas nos parágrafos anteriores, podem ser chamadas de “antimonumentos”. Para José Ricardo Oriá Fernandes (2023), a expressão se tornou conhecida após a Segunda Guerra Mundial, com as exposições que contestavam as vítimas de holocausto. Os antimonumentos se contrapõem aos monumentos celebrativos que exaltam

eventos e personagens da história nacional, denunciando a violência dos Estados de exceção e genocídios. Desse modo, a expressão tenciona o debate relacionado ao patrimônio cultural e possibilita formas alternativas de relacionamento com o passado.

No ano de 2018, o projeto de criação de um museu para celebrar as “Descobertas” fomentou o debate sobre a interpretação do período da colonização portuguesa. O projeto de autoria do então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, viria a ser chamado de *Museu das Descobertas*. O projeto gerou polêmicas em relação ao termo “descobertas”, que, segundo historiadores e sociólogos especialistas no império português, diria respeito à percepção dos europeus em relação às terras que viriam a ser chamadas de colônias. Algumas pessoas consideraram o termo “expansão” mais apropriado. Além disso, a própria criação de um museu para guardar o passado colonial já era por consequência discutível, uma vez que a celebração das possessões ultramarinas atenua toda a violência da colonização (Margato, 2018).

Com relação aos recentes protestos direcionados aos monumentos que exaltam o passado colonial de Portugal, um dos casos mais famosos está relacionado com a estátua de Padre Antônio Vieira. Construída pelo escultor Marco Fidalgo, em 2017, e localizada no Largo Trindade Coelho (conhecido como Largo da Misericórdia), destaca-se por ter sido construída com objetivo de homenagear uma figura relacionada à colonização (Santos, 2022).

A estátua retrata Vieira de pé, vestido com uma sotaina e segurando uma cruz, com três crianças ameríndias seminuas aos seus pés, uma delas ajoelhada. No púlpito da estátua, qualifica-se Vieira como um sendo "jesuíta, pregador, político, diplomata, defensor dos índios e dos direitos humanos, lutador contra a inquisição", mas esse resumo é considerado reducionista e controverso por alguns historiadores em Portugal (Santos, 2022).

Em outubro de 2017, uma manifestação pacífica foi marcada para contestar a construção da estátua. Na ocasião, seriam colocadas flores, velas e frases como “Descolonizando o Padre Antônio Vieira”. O protesto era dirigido também à Igreja Católica, pela sua contribuição na colonização e tráfico transatlântico. No entanto, a manifestação foi impedida por conta de grupos neonazistas que cercaram a estátua com objetivo de protegê-la.

Já em 2018, nas redes sociais, cogitou-se colocar cravos nos pés da estátua, em uma alusão à Revolução dos Cravos, manifestação que não foi concretizada. A estátua de Padre Antônio Vieira foi alvo efetivo de protestos apenas em 2020, seguindo os movimentos de contestação a personagens considerados heróis nacionais ligados à colonização que ficaram amplamente conhecidos como Black Lives Matter. Na ocasião, o peito das crianças ameríndias

foi pintado corações vermelhos no peito das crianças ameríndias, o rosto do padre foi coberto também de vermelho e no púlpito estava escrito a palavra “descoloniza” (Santos, 2022).

Imediatamente após o ato ser conhecido, parte da imprensa portuguesa condenou o ato de “vandalismo”. O próprio presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, classificou o ato de “imbecil” e se manifestou da seguinte forma em uma entrevista: “[...] lutou (Padre António Vieira), pela independência, foi um grande diplomata, foi um homem progressista para àquela altura, perseguido pelos colonos portugueses no Brasil, perseguido pela corte, a certa altura, perseguido pela Inquisição” (Santos, 2022, p. 183). Ainda que alguns jornais e historiadores tenham tido um posicionamento mais focado na figura controversa de Vieira, o predomínio na mídia foi de desaprovação da manifestação.

O Padrão do Descobrimento teve as duas manifestações já mencionadas nos parágrafos anteriores, que são a fala do Deputado Ascenso Simões e no mesmo ano a pichação no monumento. Em 2023, novamente o monumento foi alvo de protesto, e em umas de suas bases foi escrito “*A nação que matou África*”, e, logo abaixo, a frase *Wakanda4Ever*, em referência ao filme *Pantera Negra - Wakanda Para Sempre*, lançado em 2022. Tal ato trouxe novamente à tona as discussões sobre a validade da manutenção do monumento, o que gerou novos debates sobre o passado colonial na sociedade portuguesa. Esse último protesto não será foco de análise, pois o estudo se debruça nas duas primeiras manifestações, principalmente na primeira (Amato, 2023).

Por meio destes exemplos, foi possível perceber as tensões e disputas relacionadas a monumentos que celebram o passado colonial em Portugal. Os vários sentidos e usos que o patrimônio pode despertar se afastam de concepções que limitam e condicionam as experiências, contribuindo para compreensões mais abrangentes sobre as práticas patrimoniais. Além disso, a discussão sobre o Antropoceno adiciona uma dimensão importante, pois destaca a necessidade de repensar nossas relações com o tempo, as heranças e as concepções modernas das sociedades ocidentais, buscando diminuir os impactos no clima e construir formas de vida mais respeitadas e justas em relação aos humanos e não humanos. Nesse contexto, as reflexões sobre monumentos contestados e antimonumentos em Portugal oferecem uma perspectiva importante para repensar as narrativas históricas e o papel do patrimônio na construção das identidades, apontando para a importância de uma abordagem mais crítica e inclusiva diante dos desafios e das demandas contemporâneas.

**PARTE III**

## 7 A PRODUÇÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL COLABORATIVO

O Objeto de Aprendizagem (OA) desenvolvido neste trabalho tem por objetivo causar reflexões acerca das tensões e disputas relacionadas ao patrimônio cultural, bem como sua utilização por parte dos Estados nacionais como um elemento que reforça uma identidade coletiva ao mesmo tempo em que se insere no presente trazendo valores do passado. Outro objetivo do OA foi relacionar uma forma de entender o mundo, uma visão moderna de sociedade, com a crise ambiental do presente, a qual diversos(as) estudiosos(as) têm chamado de Antropoceno.

Com vistas nos objetivos descritos acima, elaborei, com base em modelos já existentes, fichas de inventário patrimonial colaborativo. Em minha experiência de trabalho na elaboração de inventários, a escolha da ficha de inventário cultural colaborativo como OA se justifica por se tratar de um documento que, quando feito por empresas, prefeituras e órgãos governamentais, em sua versão mais técnica, já provoca reflexões sobre as utilizações do patrimônio e, de certo modo, causa tensões entre memórias divergentes durante a sua elaboração. Sendo assim, entendemos que o OA escolhido conseguirá cumprir com os objetivos deste trabalho.

Para fins de esclarecimentos para as(os) leitoras(es), escreverei em seguida um breve resumo do que vem a ser um inventário patrimonial.

Segundo o IPHAN, um inventário dentro do domínio do patrimônio cultural é uma ferramenta de preservação e divulgação, que tem por finalidade identificar os variados tipos de expressões culturais e bens que possuem valores para a comunidade em que estão inseridos (IPHAN, 2023). O principal objetivo é compilar um banco de dados que possibilite a salvaguarda, planejamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial. Essa forma de construção dos dados também pode ser chamada de *ficha de inventário*.

Segundo a tipologia oficial do IEPHA, o patrimônio cultural pode ser de dois tipos, material e imaterial, além de suas respectivas subclassificações. No que se refere ao patrimônio cultural material, os bens podem ser classificados pelos seus atributos: bens imóveis/ estrutura arquitetônica e urbanística, bens móveis e integrados, núcleos históricos urbanos, conjuntos urbanos ou paisagísticos (Minas Gerais, 2022). Com relação ao patrimônio imaterial, pode ser classificado da seguinte forma: celebrações, formas de expressão, lugares, saberes, modos de fazer e mestres (IEPHA, 2016). Cada uma das classificações, com seus respectivos exemplos, está nas fichas de inventário em anexo a este trabalho.

O IEPHA teve relevante influência na criação deste OA. A organização possui um programa de incentivo aos municípios para levantamento dos bens culturais e de proteção dos mesmos, através de inventário, tombamento e registro. Com o nome de “Programa ICMS Patrimônio Cultural”, gratifica os municípios, com valores em dinheiro, de acordo com a pontuação que cada cidade obtém. Essa pontuação é baseada em uma série de requisitos, mas o principal deles é a representatividade que o bem tem para a comunidade (Minas Gerais, 2022). A indicação do que pode ser inventariado, tombado e registrado pode ser feita por qualquer pessoa, e tal solicitação deve ser encaminhada aos órgãos municipais, estaduais e federais responsáveis por essas ações.

Como pode ser percebido, um inventário é um documento complexo que possui várias características e finalidades, sobretudo em Minas Gerais, por poder ser utilizado para fins de arrecadação financeira, o que contribui para a importância de propor atividades que envolvem a produção de inventários colaborativos.

Antes de escrever sobre a criação de inventários colaborativos em escolas do ensino regular, convém abordar sobre a relevância de tratar sobre o patrimônio cultural no ensino escolar e, especificamente, no ensino de história ibérica.

Para iniciarmos, podemos utilizar o próprio Padrão dos Descobrimentos como exemplo da importância do patrimônio cultural no ensino. Em Portugal, durante o Estado Novo, uma das instituições utilizadas para propagação das ideologias salazaristas foram as escolas. Além das escolas de ensino regular, foram construídos colégios militares e de cursos técnicos, sendo o ensino religioso presente em cada uma das instituições (Martinho, 2017). As escolas foram uma das formas empregadas pelo Estado Novo na difusão das suas ideias nacionalistas e conservadoras, sendo atribuído aos monumentos erguidos durante o regime memórias heroicas de conquistas expansionistas e desbravadoras.<sup>5</sup> Assim como em outros Estados, cujas identidades nacionais estavam em construção durante o século XX, pode-se perceber que em Portugal o ensino de história está permeado por campos de disputa e foi utilizado para compor uma narrativa de projeto de Estado.

Para os autores que analisam o patrimônio cultural de forma crítica (Caitlin DeSilvey, Rodney Harrison, Cornelius Holtorf, Françoise Choay, entre outros(as)), o conhecimento sobre patrimônio também possibilita refletir sobre por que alguns eventos ou figuras históricas são

---

<sup>5</sup> A título de exemplo de outros monumentos que foram construídos no salazarismo com propósito de valorizar a imagem do regime, podemos citar a Ponte Salazar, construída em 1960 sobre o rio Tejo, que faz a ligação entre as cidade de Lisboa e Almada. Essa ponte teve seu nome alterado para Ponte 25 de Abril, após a revolução de 1974, o que reflete mais uma disputa de memória em torno dos monumentos criados no salazarismo (MARTINHO, 2017).



lembradas, bem como sobre a forma como lidamos com o tempo, os valores presentes em determinadas sociedades, a gestão da preservação do passado, os conflitos e as tensões sociais. Mais recentemente, o conceito de Antropoceno tem sensibilizado os estudos sobre patrimônio cultural para pensar para além do binômio cultura e natureza e apreender formas alternativas de lidarmos com as nossas heranças (Lowande; Corrêa, 2021).

Alguns estudos sobre didática e ensino têm apontado a importância de aproximar o conhecimento escolar ou acadêmico das experiências dos(as) estudantes, e, como escrito anteriormente, o patrimônio cultural pode ser utilizado para aproximá-los(as) das práticas de memória das suas cidades, trazendo sentido para suas experiências e relacionando isso com o conteúdo que está sendo compartilhado (Soares; Monteiro, 2019).

A educação patrimonial no Brasil tornou-se conhecida a partir do evento *O Uso Educacional de Museus e Monumentos*, realizado em 1983, no Museu Imperial de Petrópolis (RJ). Desde então, a educação patrimonial no país tem caminhado na direção do conhecimento das manifestações culturais, das apropriações dos indivíduos e na preservação das heranças (Maltês *et al.*, 2010). Para alguns autores, o patrimônio cultural pode ser usado no ensino escolar, como mediação para a educação de valores e preservação do patrimônio, assim como refletir sobre o espaço em que se vive, sobre as culturas envolvidas e sobre os processos que se configuram nas transformações do tempo (Maltês *et al.*, 2010).

Outro elemento fundamental proposto como discussão para o inventário patrimonial colaborativo e que tem se mostrado um desafio para sociedades contemporâneas é a nova época geológica conhecida como Antropoceno. O conceito foi utilizado pela primeira vez pelo biólogo Eugene F. Stoermer, na década de oitenta, mas ganhou visibilidade mundial com as publicações de um artigo em 2000 por Paul Crutzen e Stoermer. O conceito se refere a uma nova época geológica produzida por parte das sociedades modernas, pois o modo de produção, consumo, exploração do solo, e efeitos dos gases de efeito estufa causaram impactos de deterioração no Sistema Terra que são irreversíveis (Silva; Arbilla, 2018).

Dentro da educação, alguns estudos têm contribuído para demonstrar a importância de trabalhar o conceito de Antropoceno nas salas de aula, uma vez que o tema perpassa várias áreas disciplinares e diz respeito ao futuro da sobrevivência dos variados tipos de vida na Terra. A sociologia trabalha as mudanças sociais causadas pelo impacto do Antropoceno, à biologia aborda as questões relacionadas à perda de biodiversidade, a geologia busca compreender as modificações causadas na estratigrafia do planeta, e até a literatura tem demonstrado interesse em abordar o conceito em suas bases narrativas (Lula; Virgili, 2018), além de outras áreas de

estudo que são fundamentais para compreensão desta nova época como a física, a química, as engenharias, as ciências ambientais e, cada vez mais, a própria história (Miranda *et al.*, 2019).

Com relação ao ensino de história, como escrito anteriormente, as consequências dos eventos históricos estão relacionadas com a nova época que se configura como o Antropoceno. Deste modo, compreender as ações humanas nos meios em que vivemos pode contribuir para pensarmos em futuros alternativos para relação que estabelecemos com outras formas de vida. Recentemente a aproximação das disciplinas de História, História Ambiental e Educação Ambiental tem se mostrado um caminho promissor, na educação básica, para debater assuntos socioambientais (Lopes, 2022).

Dentro deste emaranhado de disciplinas, no objeto de estudo deste trabalho, isto é o Padrão dos Descobrimentos, assim como outros bens patrimoniais, podem ser utilizados como forma de reflexão dentro da educação, a própria construção do monumento. De acordo com alguns estudos o concreto, da forma utilizada hoje no mundo é responsável por cerca de 7% do CO<sup>2</sup> emitido na atmosfera (Júnior *et al.*, 2021), deste modo, é possível pensar em formas mais sustentáveis para que ações humanas causem menos impacto em todas as formas de vida..

Especificamente no ensino de história ibérica, a colonização contribuiu para impulsionar uma visão moderna de sociedade. Impérios como de Portugal e da Espanha, por meio das suas colônias, tentaram impor essa experiência do tempo a outros povos (Mignolo, 2017). Essa visão colaborou para o avanço do Antropoceno, como já demonstrado neste trabalho. Nas escolas, o patrimônio cultural pode contribuir para a reflexão sobre este processo de dominação das colônias, por meio dos monumentos que foram construídos durante o período de exploração, como é o caso do Padrão dos Descobrimentos, ou daqueles que foram construídos após o período colonial, como é o caso das estátuas em homenagem a Cristóvão Colombo.

Recentemente, algumas estátuas de Cristóvão Colombo foram alvos de protestos e algumas delas foram derrubadas em alguns países das Américas, como foram os casos de Minnesota nos Estados Unidos no ano de 2020 e Barranquilla na Colômbia em 2021 (Carmo, 2021; Feres 2021). Trazer essas discussões para a sala de aula pode favorecer a compreensão dos processos coloniais, escravocratas, de lutas pelas independências das colônias, do eurocentrismo e das disputas de narrativas sobre o passado colonial.

Neste caminho, o entrelaçamento das disciplinas pode contribuir para a reflexão e a problematização a respeito das formas de atuação da sociedade moderna, bem como situar os indivíduos num contexto de pertencimento e reconhecimento em relação às formas de vida com as quais convivem, com vistas a diminuir a clivagem dicotômica entre cultura e natureza. Essa

visão, herdada das sociedades modernas de inspiração iluminista, concebe a humanidade como superior e distinta das demais formas de vida, de modo que os outros seres vivos para essas sociedades são constantemente reduzidos a objetos que alimentam os motores da sociedade capitalista (Lopes, 2022).

Como já mencionado na primeira parte do inventário, a concepção do inventário colaborativo surgiu em 2012, como resultado de iniciativas do Ministério da Educação e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O propósito era sensibilizar e envolver a comunidade na valorização de seus bens culturais, por meio de uma atividade que promovesse o compartilhamento de conhecimento, a produção conjunta e a participação ativa (Florêncio *et al.*, 2016).

Em sua dissertação de mestrado, Camila Iris Corrêa escreve sobre a experiência na criação de Inventários Compartilhados com uma turma de EJA (ensino para jovens e adultos), na cidade de Contagem, Minas Gerais. Corrêa, defende o uso de Inventário Compartilhados, fundamentando sua utilização através da Nova Museologia. Esta perspectiva se origina das ideias apresentadas na Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972, que destacou o papel do museu como parte integrante da sociedade, capaz de contribuir para a formação da consciência das comunidades a que servem. A Nova Museologia, surgida nos anos 1980, destaca a importância do homem como produtor de suas referências culturais, redefinindo o papel do museu para servir no desenvolvimento social (Corrêa, 2018). A mudança na educação patrimonial da Nova Museologia é reflexo das alterações conceituais e práticas ocorridas na segunda metade do século XX, principalmente após a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO, que pluraliza as formas de patrimônio cultural e define as concepções de salvaguarda (Corrêa, 2018). Neste sentido, alguns(mas) pesquisadores(as) têm buscado a contribuição de outros agentes sociais para construção de saberes.

Diante deste cenário, o inventário compartilhado é apontado como uma ferramenta relevante para que as comunidades sejam ouvidas e vistas nos museus, promovendo a participação direta na identificação, construção e definição dos conceitos culturais. A utilização do inventário compartilhado como uma metodologia para abordar o patrimônio cultural em sala de aula visa contribuir para a construção de conhecimento e consciência crítica em relação à história e à cidade (Corrêa, 2018).

Esta proposta de OA buscou se alinhar com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para otimizar sua utilização em sala de aula. A BNCC é um documento normativo que estabelece o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens fundamentais para todos os(as)

alunos(as) ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Tem por objetivo garantir que os estudantes desenvolvam suas habilidades, aprendizagem e desenvolvimento, conforme previsto no Plano Nacional de Educação (PNE). Os princípios que orientam a BNCC são éticos, políticos e estéticos, e têm objetivo promover a formação humana integral, contribuindo para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). Além de ser referência nacional para a formulação dos currículos, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica, alinhando-se a outras políticas e ações em níveis federal, estadual e municipal, abrangendo a formação de professores, avaliação, elaboração de conteúdos educacionais e critérios para infraestrutura adequada (Brasil, 2018).

Para alcançar as metas e propostas estabelecidas na BNCC, dez competências de aprendizagem foram propostas. Estas competências abarcam o conhecimento de conceitos e procedimentos, habilidades práticas, cognitivas e socioemocionais, bem como a reflexão sobre atitudes e valores necessários para lidar com demandas complexas da vida cotidiana, exercício pleno da cidadania e mundo do trabalho. Ao menos duas das dez competências podem se articular especificamente com esta proposta de OA, que são:

[..] Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural. [...] Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. [...] (Brasil, 2018, p. 9).

Além das dez competências, a BNCC também é estruturada por etapas que englobam a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, através das unidades temáticas que definem os objetivos dos conhecimentos e habilidades a serem desenvolvidos. O documento divide as áreas do conhecimento em Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Nesta divisão, o ensino de História está na área de Ciências Humanas. Mesmo com esta divisão, na base para elaboração da BNCC é estimulado o diálogo entre todas as áreas do conhecimento (Brasil, 2018).

Fica a critério do(a) professor(a), em qual ano do ensino básico utilizar esta proposta de OA, pois desde os primeiros anos do ensino básico os conteúdos sugeridos pela BNCC já apontam para reflexões acerca do patrimônio cultural, diversidades e manifestações culturais

(Brasil, 2018). No entanto, devido às habilidades e competências que são apreendidas pelos(as) alunos(as) durante o percurso no ensino básico, recomenda-se que o OA seja aplicado no ensino médio, principalmente para as(os) alunas(os) do terceiro ano. Esta orientação é justificada não só porque os(as) estudantes do terceiro ano teoricamente têm um maior repertório de conteúdos de história, mas também porque durante a pesquisa em campo para elaboração da ficha de inventário, que consiste em entrevistas, coletas de fontes e obtenção de fotografias dos bens culturais, entende-se que os(as) estudantes devem possuir certa autonomia para realização destes trabalhos. Vale salientar que a(o) professora(or) é quem tem mais competência de avaliar para quem deve se aplicar, pois é ela(ele) que tem contato direto com os(as) estudante, podendo dimensionar seus potenciais e limitações.

Além disso, para cada estado brasileiro as aplicações e abordagens podem ser diferentes. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei 9.394/1996), alguns artigos e parágrafos versam sobre as necessidades de adaptações da oferta de ensino básico, de acordo com demandas de aspectos e dinâmicas culturais e sociais de cada estados e comunidades, como as rurais, indígenas e quilombolas. Neste sentido, para garantir a democratização na utilização do OA, sua estrutura, que será apresentada abaixo, pode ser modificada para atender as necessidades de cada região e/ou comunidade (Brasil, 1996).

O presente OA pode ser utilizado como parte da aula ou como uma proposta de atividade ou sequência didática. Para fins didáticos, o OA pode ser dividido em duas etapas de elaboração. O primeiro consiste no levantamento dos bens culturais significativos para o município, na seleção dos bens que vão ser inventariados, na identificação de quais lugares (igrejas, prefeituras, cartório, acervos públicos ou privados, entre outros) ou pessoas que possam fornecer informações sobre o bem, na elaboração de um roteiro de entrevista baseado nas informações presentes no modelo de inventário e na definição do tempo de trabalho em campo, considerando os prazos de entrega. A segunda parte compreende o trabalho em campo, em que será feita a identificação do bem, as fotografias, a realização das entrevistas e coleta de fontes que possam contribuir com a elaboração do inventário.

Para as entrevistas, recomenda-se deixar o entrevistado(da) bem à vontade para falar sobre o bem que está sendo inventariado. Informações históricas, como origem, contexto de origem, relevância para município, para o bairro em que o bem estar inserido e para a comunidade à qual pertence, além das possíveis tensões e disputas que o bem evoca, são relevantes para a construção do inventário. A entrevista pode ser gravada e posteriormente transcrita, destacando os elementos mais importantes para a construção do inventário.

Com relação aos elementos que constituem a ficha de inventários, o modelo, apresentado neste trabalho, foi baseado nas fichas produzidas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), que através do programa ICMS patrimônio cultural tem contribuído para a educação, conscientização, apropriação e divulgação do patrimônio cultural nas cidades do Estado de Minas Gerais. Neste programa, os municípios são responsáveis por elaborarem um documento complexo, denominado QUADRO Q II A, feito por vários profissionais: historiadores(as), arquitetos(as), engenheiros(as), além de participantes do município que estejam ligados(as) à cultura da cidade ou que possam contribuir de algum modo com a confecção do documento final. Seu conteúdo é composto por várias capítulos, dentre eles uma cartografia da cidade e dos bens protegidos, uma ficha de análise do IEPHA, um quadro com todos os bens protegidos dos municípios, atas de reunião, a própria ficha de inventário, entre outros capítulos.

Para cada tipo de bem cultural existe um modelo de ficha específica. Cada bem pode ser classificado como bens imóveis/ estrutura arquitetônica e urbanística, bens móveis e integrados, núcleos históricos urbanos, conjuntos urbanos ou paisagísticos, quando tratamos de patrimônio material (Minas Gerais, 2022). Para o patrimônio imaterial temos as seguintes classificações: celebrações, formas de expressão, lugares, saberes, modos de fazer e mestres (IEPHA, 2016). Para este OA, a ficha de inventário criada tentou abranger características mais gerais de cada modelo de ficha de inventário, pois assim ela poderá ser utilizada para formas diferentes de bem cultural, isto é, para monumentos, quadros, livros, acervos, edificações, imagens, fotografia, manifestações culturais, entre outras. Essa compilação dos modelos de ficha de inventário em um único modelo também almeja tornar mais prática a sua utilização em sala de aula.

Como descrito na introdução da primeira parte deste documento, o Inventário Cultural Colaborativo pode ser elaborado em qualquer material capaz de registrar as informações coletadas de forma organizada e que possibilite a sua posterior publicização. Isto inclui aparelho de smartphone, computadores, tablets e folhas de papel. Um dos motivos da escolha de um OA é para que os estudantes não dependessem exclusivamente dos recursos tecnológicos. Pois além do acesso à internet não contemplar a totalidade da população brasileira<sup>6</sup>. Há evidências de que os próprios componentes utilizados para viabilizar o acesso à internet ou na fabricação dos dispositivos tecnológicos podem contribuir para o agravamento do Antropoceno. Para

---

<sup>6</sup> Segundo um levantamento realizado em 2023, cerca de 16% da população tem restrição para se conectar na rede (SILVA, OTAVIO, 2023)

exemplificar, uma reportagem do portal de notícias *Repórter Brasil* revelou que algumas das maiores empresas de tecnologia do mundo, como a Apple, Google, Microsoft e Amazon, usaram materiais que tinham como origem o garimpo ilegal em terras brasileiras, para fabricação de componentes que estão presentes em dispositivos portáteis e computadores (Camargos, 2022).

Trabalhos científicos têm demonstrado como o avanço dos mercados capitalistas e o avanço tecnológico têm contribuído para as alterações climáticas (Pinto; Pires; Georges, 2020). Em 2021, a revista *Science* dedicou uma edição inteira para tratar do plástico, que segundo as pesquisas é o componente que mais causa impactos ambientais, pela utilização na produção, descarte e durabilidade, sendo esse recurso o mais presente nos objetos tecnológicos que utilizamos (Smith; Vignieri, 2021). Por outro lado, outros pesquisadores entendem que a utilização de tecnologias sustentáveis pode contribuir para diminuição da ação humana no agravamento da crise climática (Moreno; Suzart; Santos, 2020).

Para autores como Achille Mbembe (2020), a tecnologia invade nossos corpos e mentes apagando a ideia de limites e de verdades, conceitos básicos para formação do sujeito democrático e para a viabilidade dos espaços públicos. Hoje, qualquer pessoa dotada de um dispositivo com acesso à internet pode escrever sobre qualquer assunto sem o comprometimento com as informações verídicas, sem autorização, e colocá-las em circulação. Segundo Mbembe, não há uma área da vida pública ou privada que esse tipo de tecnologia não domine e não há nada que possamos fazer para reverter este quadro. Para o autor, produzir conteúdo que perpassa estudos prévios e colocá-los em circulação é a opção mais atrativa (Mbembe, 2020).

O objetivo não é fazer uma condenação da utilização das tecnologias nas escolas, mesmo porque, como afirma Mbembe, não há nada que possamos fazer para reverter, de imediato, a dependência humana em relação às tecnologias. No entanto, é sempre válido chamar atenção para o impacto das nossas ações sobre o Sistema Terra.

Como também já apontado neste documento, as formas que podemos guardar as memórias históricas, as narrativas e os eventos escolhidos para serem eternizados por meio dos patrimônios também contribuem para aprofundar a crise climática. Neste sentido, como trabalhar com a memória do nosso passado de forma mais plural e menos danosa ao planeta? Além do inventário cultural colaborativo, que outros exemplos podem ser utilizados para pensar o patrimônio nas escolas? É o que pretendo trazer para reflexão nestes últimos parágrafos da terceira parte do OA.

Para iniciar, podemos questionar o sentido da preservação dos bens patrimoniais. Como já mencionado neste trabalho, o patrimônio cultural surgiu na Europa e contribuiu para a criação das narrativas dos Estados Nacionais. É evidente que, na atualidade, a lógica de elevar um bem cultural ao status de patrimônio possui múltiplos sentidos e outros autores envolvidos, mas o objetivo da preservação é o mesmo, isto é, preservar elementos da originalidade do bem o máximo possível para a posteridade. Cornelius Holtorf coloca em dúvida a garantia da continuidade da valorização dos bens preservados nas sociedades futuras. O texto *Por que preservar?* (2017), aborda a ideia do paradigma preservacionista no contexto do patrimônio contemporâneo, questionando se aquilo que é considerado valioso no presente deve ser protegido para as próximas gerações. Holtorf ressalta, além disso, que talvez a lógica da preservação sirva mais para os interesses do presente e questiona quais seriam suas utilidades no futuro.

Um dos exemplos que Holtorf utiliza é a "Casa dos horrores" na Rua Cromwell nº 25, em Gloucester, cidade inglesa, onde Fred e Rose West assassinaram ao menos doze mulheres nos anos 1970. A casa foi demolida e seus tijolos foram triturados para tentar apagar a memória do local e evitar colecionadores de lembranças macabras. No entanto, mesmo com a destruição da casa e construção de um caminho público, o espaço deixado pela casa ainda atrai turistas que buscam recordar o que ocorreu no local. Como afirma o autor, ainda que este exemplo se refira a um tipo específico de patrimônio e a outros fatores como a fascinação humana por crimes violentos e a publicidade em torno de assassinos, serve para refletirmos que mesmo após a destruição o local continua evocando memórias.

Neste sentido, a não preservação e a perda de partes ou de todo o bem patrimonial, nesta perspectiva de patrimônio, podem possibilitar o surgimento de outras reflexões e sentidos que não aquelas que são direcionadas pela gestão do patrimônio. Isto é, mesmo mudanças destrutivas podem representar, em alguns casos, ganhos tão valiosos quanto a preservação. Essa abordagem resulta da percepção de que os valores no patrimônio cultural não são intrínsecos, mas sim relativos às mudanças nos contextos relacionais nos quais estão inseridos (Holtorf, 2017). Pensar sobre os motivos da preservação dos patrimônios culturais em sala de aula, principalmente aqueles que evocam narrativas de construção dos Estados nacionais, é contribuir para questionamentos sobre as formas por meio das quais o passado pode ser moldado para servir a ideias de civilização, bem como entender que outras interpretações de uso para determinados bens culturais são possíveis.

Com relação a outras formas de entender e praticar o patrimônio, podemos iniciar citando o trabalho de Walter Francisco Figueiredo Lowande e Camila Silva Bueno, realizado



na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), sobre o do grupo percussivo Maracatu Muiraquitã, da cidade de Alfenas, MG. Além de relacionar o patrimônio cultural à modernidade, o trabalho aponta como as práticas patrimoniais podem domesticar as experiências e espaços de memória. Os(as) autores(as) propõem a ideia de "patrimônio cosmológico" como um dispositivo alternativo para compreender formas diferentes de lembrar do passado. Esse patrimônio busca criar "linhas de fuga" em relação às determinações temporais impostas pela visão moderna do mundo, promovendo a igualdade diante das perspectivas de futuro e reconhecendo a pluralidade de experiências cosmológicas do tempo. Os patrimônios cosmológicos também contribuem para o enfrentamento da crise climática, uma vez que constituem cosmopolíticas que articulam saberes científicos e não científicos (LOWANDE, BUENO, 2020).

Os(as) autores(as) utilizam como exemplo os textos de Ailton Krenak, líder indígena e escritor brasileiro. Para alguns povos indígenas, os seres que coabitam e constituem um território, como rios e montanhas, também possuem agência, assim como os seres humanos. Desse modo, Krenak destaca a importância de não despersonalizar essas formas de vida não-humanas, evitando que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista, e denuncia a desvalorização de formas de vida que não são integradas ao mundo do capitalismo. O texto finaliza indicando que o conceito de patrimônio cosmológico pode ajudar a entender como os instrumentos musicais do grupo Maracatu Muiraquitã da Universidade Federal de Alfenas atuam como mediadores entre saberes e mundos, contribuindo para relações alternativas com as formas de lembrar (Lowande, Bueno, 2020).

Em outro texto de Lowande, o autor apresenta uma prática patrimonial e museal contracolonial, concebida pelo projeto Museus das Resistências, que busca pensar em museus colaborativos e sustentáveis a partir de uma perspectiva contracolonial. No início do texto, Lowande entende que para habitar o Antropoceno sem contribuir para sua aceleração é necessário nos abirmos a cosmologias diferentes daquelas ligadas às sociedades modernas e europeias. O museu contracolonial pode ser utilizado como ferramenta pedagógica, por ter o potencial de construção de mundos que buscam fugir das estruturas temporais, espaciais e subjetivas que deram origem aos museus modernos. A partir desses pressupostos se propôs a construção de um museu contracolonial, que não só manifesta a resistência das comunidades afrodiáspóricas e ameríndias, mas também a reflexão sobre como um museu pode combater o aquecimento global, promover futuros sustentáveis e contribuir para a justiça climática (Lowande, 2023).

Para a idealização e concretização do projeto, foi formada uma equipe interdisciplinar composta por pedagogos, museólogos, linguistas, geógrafos, biólogos e historiadores. A equipe percebeu que em manifestações como terreiros, rodas de samba, jongo e maracatu, vinculadas a cosmologias afro-indígenas brasileiras, é possível refletir sobre práticas patrimoniais que se diferem daquelas que conduzem ao Antropoceno (Lowande, 2023).

Para Lowande, os museus surgidos na modernidade possuem monumentalidade e sacralidade, criam fronteiras rígidas, distantes das comunidades que não fazem parte do círculo urbano. Os museus, com características nacionais e modernas, refletem hierarquias e experiências domesticadas, similares às estruturas da colonização. Nesse sentido, a proposta da equipe é pensar em museus descentralizados e móveis, capazes de aumentar a capacidade de compartilhar histórias de resistência ecológica (Lowande, 2023).

Em relação à curadoria do museu contracolonial, houve a necessidade de um maior protagonismo das comunidades que vivenciam essas realidades, pois ao invés de impor narrativas como nos museus tradicionais, o compartilhamento de histórias é mais plural e justo na constituição deste espaço de memória. Para a equipe do projeto, a parceria com comunidades rurais locais foi muito importante, pois concluíram que por meio do museu poderiam fortalecer práticas de resistência ecológica, moldando a própria resistência contracolonial no Brasil (Lowande, 2023). Projetos como esse demonstram que é possível construir narrativas do passado mais plurais e com a participação de múltiplos sujeitos. Além disso, demonstram a possibilidade de criação de formas alternativas das práticas patrimoniais em lugares de ensino.

Por fim, quero utilizar o texto já citado na segunda parte deste documento, de *José Ricardo Oriá Fernandes (2024)*. Sobre o conceito de antimonumento, Fernandes escreve que houve uma transformação no domínio do patrimônio histórico nas últimas décadas, buscando se afastar de narrativas de glorificação do Estado-nação. O antimonumento, ao contrário do monumento tradicional, que geralmente enaltecem eventos e personalidades da história, busca destacar a existência de memórias traumáticas relacionadas à passados sensíveis (Fernandes, 2024).

Após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a divulgação do genocídio praticado pelos nazistas, surgiu a concepção de antimonumento em resposta a essa crescente tendência de contestar os monumentos comemorativos das narrativas nacionais. O autor especificamente trata daqueles passados, considerados pela historiografia como sensíveis e/ou traumáticos, especialmente para aqueles que sobreviveram a genocídios (Fernandes, 2024).

Um exemplo marcante é o Holocausto, pois continua a evocar memórias traumáticas, provocando mudanças de referências nas construções de monumentos e nas esculturas pública

nas cidades. Essa mudança é significativa, pois ao invés de celebrar eventos e heróis nacionais, esses monumentos têm por objetivo denunciar violências cometidas pelo Estado contra determinados grupos sociais (Fernandes, 2024).

Nesse sentido, os antimonumentos desempenham um papel importante como instrumentos de contestação e de denúncia a violências praticadas pelos Estados, principalmente nos regimes ditatoriais e que promoveram o genocídios (Fernandes, 2024), como a colonização. Isto inclui inclusive, como defendido neste texto, práticas patrimoniais que contribuem para a crise climática. Além de exemplos existentes de antimonumentos vinculados ao Holocausto, em que campos de concentração e extermínio são transformados em testemunhos de memórias traumáticas (Fernandes, 2024), podemos pensar em antimonumentos que fazem denúncias sobre como as formas de produção capitalistas contribuem para o aquecimento global. Isto não seria tão difícil assim, pois infelizmente temos exemplos diários de como parte da sociedade está destruindo as formas de vida. Poderia ser criado, por exemplo, um museu da extinção, em que demonstra o quanto o modo de vista ocidental e moderno acaba por extinguir vidas humanas e não humanas.

Neste sentido, o objetivo deste OA é demonstrar que trabalhar com patrimônio cultural em sala de aula não se limita à reprodução de conceitos e concepções fundadas nas sociedades modernas. Patrimônio cosmológicos, museus contracoloniais, antimonumentos e inventários compartilhados são exemplos de como podem ser questionadas as heranças culturais que são projetadas para o futuro.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“*Terra está perto de atingir cinco pontos de não retorno*”, é o título da reportagem de um jornal de grande circulação no Brasil. Nessa reportagem é apresentado um estudo apontando que os mecanismos regulatórios do clima da Terra estão próximos ao colapso devido às alterações climáticas provocadas pela atividade humana. Entre os mecanismos que regulam a temperatura da Terra estão o colapso de corais de águas quentes, o degelo do *permafrost* e o derretimento de grandes porções de gelo no Ártico e na Antártida. As consequências serão catastróficas para a humanidade se nos próximos anos estes mecanismos entrarem em colapso (Peixoto, 2023). Em outra reportagem, mostra-se que 2023 foi o ano mais quente da história, ultrapassando todas as marcas já registradas de temperatura média anual. Parte do aquecimento ocorrido em 2023 é em parte responsabilidade do fenômeno El Niño, mas o aquecimento global teve impacto significativo nas alterações climáticas sentidas em 2023. No final da reportagem, há a advertência de que 2024, ano de conclusão deste OA, seja um ano ainda mais quente (Dantas, 2024).

O astrofísico Carl Sagan (1934-1996), na década de 80, condensou na série *Cosmos*, com objetivo didático, a história da origem do universo, desde do Big Bang até a atualidade, em um calendário anual, ou seja, 13,8 bilhões de anos em 365 dias. Ao fazer isso, Sagan mapeou os eventos mais marcantes do universo desde sua origem, como por exemplo o surgimento da raça humana, que perceptivamente teria acontecido às 22:30 do dia 31 de dezembro. Nessa perspectiva, somos muito recentes no universo. Enquanto a humanidade surgiu por volta de 2.5 milhões e meio de anos atrás, as abelhas tiveram suas primeiras aparições em aproximadamente 150 milhões de anos (Druyan, 2020).

Como discutido neste texto, pesquisadores consideram que o período da colonização tenha sido o ponto de partida para uma série de eventos que contribuíram para as alterações climáticas. É impressionante que em pouco mais de 500 anos tenhamos causado tantas mudanças no clima, que, como alertam as reportagens acima, podem tornar a Terra inabitável em um curto período de tempo. Como também já apontado, os instrumentos por meio dos quais podemos guardar as memórias históricas, as narrativas e os eventos escolhidos para serem eternizados por meio dos patrimônios, pode também contribuir para aprofundar a crise climática, pois perpetuam uma experiência de tempo que conduziu as sociedades ao Antropoceno. Contudo, espero ter conseguido demonstrar que a forma moderna, eurocêntrica e colonial de habitar a Terra trouxe consequências drásticas para o clima.

Com relação às práticas patrimoniais, busquei demonstrar que, principalmente as narrativas criadas pelos Estados nacionais geralmente privilegiam uma elite branca e colonial, criando e enaltecendo supostos heróis nacionais, que na maior parte das vezes são homens brancos. No caso de Portugal, a paixão por parte da população portuguesa por um passado fatiado e modelado para satisfazer seus próprios egos e vaidades tem produzido discursos racista, xenófobos e que não consideram outras narrativas, não eurocêntricas, sobre o passado colonial português. As reportagens do jornal *O Observador*, analisadas neste trabalho, confirmam que o legado da colonização está fortemente presente nas relações sociais, culturais e políticas.

O OA proposto neste estudo tem por objetivo fomentar reflexões sobre o que está sendo lembrado e para quem está sendo guardado, isto é, tensionar as narrativas sobre o passado eternizado nos patrimônios culturais. Como pesquisador da área do patrimônio cultural, já realizei alguns inventários nas cidades do Sul de Minas, e a maior parte deles não traz uma discussão acerca das tensões que os bens culturais podem evocar. Isto acontece por vários motivos: os modelos de inventário proposto pelo IEPHA, no caso de Minas Gerais não possuem esse elemento nas suas fichas; alguns bens pertencem a acervos privados e particularizados, dificultando o debate público; a maior parte das prefeituras das cidades não promovem debates sobre as formas de patrimônio e quando fazem enfrentam dificuldades para localizar um profissional qualificado e para conquista a adesão do público.<sup>7</sup> Por fim, como mencionado neste texto, na contemporaneidade existe uma ânsia para patrimonializar vários bens, sem muitos questionamentos sobre essa prática. Neste sentido, espero ter contribuído com as práticas mais reflexivas sobre o patrimônio cultural ao possibilitar uma discussão mais pluralista por meio da produção escolar de inventários culturais.

A analogia proposta pelo astrofísico Carl Sagan, ao condensar a história do universo em um ano, destaca a brevidade da presença humana em contraste com a longevidade de outras formas de vida, inclusive do próprio planeta. A consciência dessa temporalidade antropocêntrica e sua ligação com as formas patrimoniais predatórias, abordadas neste estudo, podem inspirar a busca por outras práticas, narrativas e formas de preservar a memória e a história.

---

<sup>7</sup> Ressalto o trabalho com Educação Patrimonial realizado pela historiadora, Jaíne Corrêa Diniz, citada neste texto, que por meio da empresa AME Cultura, que presta serviços de consultoria nas prefeituras em patrimônio cultural, tem executado um ótimo trabalho com as práticas educativas do patrimônio cultural, nas cidades do Sul de Minas.

Proporcionar esses debates nas escolas pode incitar novas formas de compreender o passado e de gerir o patrimônio. Além disso, isso pode promover práticas patrimoniais mais plurais, compartilhadas e democráticas. Diante da urgência da crise climática, é imprescindível que as sociedades repensem seus valores e ações, buscando formas de convívio mais respeitadas e harmônicas entre humanos e não humanos. Se houver uma ação coletiva para reduzir o impacto humano na crise climática, talvez seja possível, em um futuro distante, conceber maneiras mais sustentáveis de entender o passado.

## FONTES

BORGES, Rafael Pinto. Pela nossa Praça do Império, pela Portugalidade, pela inteligência e pelo encontro, **O Observador**, 10 fev. 2021. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/pela-nossa-praca-do-imperio-pela-portugalidade-pela-inteligencia-e-pelo-encontro/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CARRAPATOSO, Nuno Medeiros. Os Portugueses. **O Observador**, 22 fev. 2021. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/os-portugueses/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CASTRO, José Ribeiro e. O vandalismo no Padrão e tudo o resto. **O Observador**, 12 ago. 2021. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/o-vandalismo-no-padrao-e-tudo-o-resto/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

GUIMARÃES, João Maria de Almeida. Peço imensa desculpa, sou português. **O Observador**, 18 mar. 2021. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/peco-imensa-desculpa-sou-portugues/> <https://observador.pt/opiniao/contra-o-revisionismo-historico/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MATOS, Helena. Querem contextualizar o Padrão dos Descobrimentos? **O observador**. 21 mar. 2021. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/querem-contextualizar-o-padrao-dos-descobrimientos/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MENESES, Bernardo Cabral. Contra o revisionismo histórico. **O Observador**, 23 fev. 2022. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/contra-o-revisionismo-historico/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fábio Chang de. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)**, v. 3, p. 9-30, 2011.

ALOIS, Riegl. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. Tradução: Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ALVES, Alice Nogueira; MARIZ, Vera. O padrão dos descobrimentos como imagem de marca do estado novo. *In*: ROSAS Lúcia, SOUSA, Ana Cristina. HUGO, Barreira (orgs.) Cristina. **Genius Loci: lugares e significados**. v. 1. Porto: CITCEM, 2017.

AMATO, Gian. Em Portugal, Padrão dos Descobrimentos é pichado: “**A nação que matou África**”. **O Globo**, São Paulo, 23/06/2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/portugal-giro/post/2023/06/em-portugal-padrao-dos-descobrimientos-e-pichado-a-nacao-que-matou-africa.ghtml>. Acesso em: 07. nov. 2023.

AMATO, Gian. Discriminação contra brasileiros bate recorde em Portugal. **O Globo**, São Paulo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/portugal->

giro/post/2023/03/discriminacao-contra-brasileiros-bate-recorde-em-portugal.ghtml. Acesso em: 16 nov. 2023.

AMSELLE, Jean-Loup. Etnias e espaços: para uma antropologia topológica. In: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia. **Pelos Meandros da Etnia**. Etnias, tribalismo e Estados em África. Tradução: Narrativa Traçada. Mulemba da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, 2005.

ARAÚJO JÚNIOR, NILVAN T.; M.E. LIMA, VICTOR; TORRES, SARA M.; E.A. BASTO, PRISCILLA; MELO NETO, ANTÔNIO A.. Experimental investigation of mix design for high-strength alkali-activated slag concrete. **CONSTRUCTION AND BUILDING MATERIALS**, v. 291, p. 123387, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. **Discurso do Presidente da República Juscelino Kubitschek na inauguração do Monumento dos Descobrimentos Portugueses**. Brasília: Coordenação – Geral de Documentação e Informação, 1960.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRAGA, Juliana Cristina. **Objetos de Aprendizagem Volume I - Introdução e Fundamentos**. 1. ed. Santo André: Editora da UFABC, 2014.

CAMARGOS, Apple, Google, Microsoft e Amazon usaram ouro ilegal de terras indígenas brasileiras, **Repórter Brasil**, Pará, 2022.

CAMPINA, Ana., & Tomás, Sérgio Tenreiro. Portugal, o Estado Novo, António de Oliveira Salazar e a ONU: Posicionamento(s) e (i)legalidades no pós-II Guerra Mundial (1945-1970). In: M.F. Rollo, M.M.T. Ribeiro, A. Cunha, I.M.F. Valente (Orgs.), **A Europa do Pós II Guerra Mundial: o caminho da cooperação**. Lisboa: IHC, 2016.

CARMO, Marcia. **A polêmica em torno da derrubada de estátuas de Cristóvão Colombo, gerais e traficantes de escravos na América Latina**. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57743744>. Acesso em: 02 de mar. de 2023.

CASTELO. Castelo. **“O Modo Português de Estar no Mundo”**. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961). Porto, Edições Afrontamento, 1999.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Tradução: Teresa Castro. Arte e Comunicação, 2015.

CHOAY, Françoise. O Patrimônio em Questão: **Antologia para um combate**. Tradução: João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Editora Finotrapo, 2011.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. Batalha das imagens e memórias enxertadas: gestão política e cultural dos monumentos, museus e memórias históricas. In: XI Seminário Internacional de Políticas Públicas, 2020, Rio de Janeiro. **XI Seminário Internacional de Políticas Culturais**. Rio de Janeiro: FCRB, 2020. v. 1. p. 20-35.



CORRÊA, Camila Iris. **Inventário de forma compartilhada**: percurso para aproximar comunidades do seu patrimônio cultural. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018.

DANTAS, Marina. Calor: 2023 termina como o ano mais quente da história do planeta. Distrito Federal, **Correio Braziliense**, 2023. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/ciencia-e-saude/2024/01/6783142-calor-2023-termina-como-o-ano-mais-quente-da-historia-do-planeta.html>. Acesso em: 19 jan. 2024.

DRUYAN, Ann. **Cosmos: Possible Worlds**. National Geographic Society, 2020.

ERICKSON, Bruce. Anthropocene futures: Linking colonialism and environmentalism in an age of crisis, **Society and Space**, v. 38(1), 2020.

ESTATUTO, Editorial. [Incluir o título do periódico, edição, data.] Disponível em: <https://www.dn.pt/estatuto-editorial.html>. Acesso em: 12 out. 2022.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Monumentos contestados, antimonumentos e patrimônios difíceis: mudanças de paradigma no campo da memória nacional. In: BENEVIDES, Gilmara; LOWANDE, Walter. **Estudos Críticos de Patrimônio: abordagens transnacionais**. 1.ed. – São Paulo : Tirant lo Blanch, 2024.

FERNANDES, José Manuel. Tudo o que precisa de saber sobre o Observador. O Observador, 19/05/2014. Disponível em: <https://observador.pt/explicadores/tudo-o-que-precisa-de-saber-sobre-o-observador/>. Acesso em: 12 out. 2022.

FERES, Lucas Fernandes. **Destruição ou preservação**: o caso da estátua de Cristóvão Colombo em Saint Paul, Minnesota, EUA. Orientador: Walter Francisco Figueiredo Lowande. Trabalho de Conclusão de Curso - História Licenciatura, Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL, UNIFAL-MG, Alfenas, 2021.

FERREIRA, Diogo; DIAS, Paulo. **História de Portugal**. Lisboa: Verso da Kapa, 2016.

FEIERMAN, Steven. African histories and the dissolution of world history. In: BATES, R. H.; MUDIMBE, V. Y.; O'BARR, J. (editores). **Africa and the disciplines**: the contributions of research in Africa to the Social Sciences and Humanities. Chicago: University of Chicago Press, 1993, pp.167-212.

FLORENCIO, Sônia Rampim *et al.* **Educação Patrimonial**: inventários participativos: manual de aplicação. Brasília-DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.

FREIRE, Manuel Carlos. Portugal deve ter Museu da Guerra do Ultramar onde a história se conte sem vergonha. **Diário de Notícias**. Lisboa, 03/09/2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/poder/justifica-se-haver-um-museu-sobre-a-guerra-colonial-11262166.html>. Acesso em: 23 nov. 2023.

GOMES, Leandro Eustáquio. Construção Holística do Patrimônio Cultural: História, Conceitos e Definições. **NAUI - Dinâmicas urbanas e patrimônio cultural**, v. 8, p. 36-49, 2019.

GONÇALVES, Adriana. "As métricas de audiência nas redações: Os casos do "Jornal de Notícias", "Observador" e "Público"". **Mestrado, Universidade da Beira Interior Faculdade de Artes e Letras**, 2020.

GONÇALVES, Telmo. públicos e consumos de média: de média o consumo de notícias e as plataformas digitais em Portugal e em mais dez países. **Entidade Reguladora para a Comunicação Social**, 2015.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **História** (impresso), v.3, p. 27-46, 2012.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, 22, n. 36, 2006.

HARRISON, Rodney. Forgetting to remember, remembering to forget: late modern heritage practices, sustainability and the ‘crisis’ of accumulation of the past, **International Journal of Heritage Studies**, 2013.

HARRISON, Rodney. STERLING. Colin. **Deterritorializing the Future: Heritage in of and after the Anthropocene**. London: OPEN HUMANITIES PRESS, 2020.

HOLTORF, Cornelius; STOLLMEIER, Laura Antunes. Por que preservar? **Revista de Arqueologia**, Pelotas, v. 30, n. 2, p. 193-207, 2017.

IEPHA. **Programa ICMS Patrimônio Cultural**. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoas/icms-patrimonio-cultural#modelos-de-documentos-e-diretrizes>. Acesso em: 22 de fev. de 2022.

IPHAN. **Inventários de bens culturais**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/421#:~:text=Os%20Invent%C3%A1rios%20s%C3%A3o%20instrumentos%20de,natureza%20imaterial%20e%20material>. Acesso em: 08 de mar. de 2023.

LAPUENTE. Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Bilros**, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan.- jun. 2016.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paul: Editora 34, 1994.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão. 7º ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LENTON, Tim. Earth system science A Very Short Introduction. Great Clarendon Street, Oxford, OX2 6DP, United Kingdom, 2016.

LIMA, Helena. A evolução editorial do Jornal de Notícias e a inclusão de elementos de jornalismo popular. **Revista Portuguesa de História da Comunicação**, n.1, 2017.

LISBOA acorda com estátua vandalizada e petição para derrubar o Padrão dos Descobrimentos. **Diário Distrito**, Lisboa, 11/06/2020. Disponível em: <https://diariodistrito.pt/lisboa-acorda-com-estatuavandalizada-e-peticao-para-derrubar-o-padrao-dos-descobrimentos/>. Acesso em: 29 jul. 2021.

LIGHTFOOT, Kent G.; PANICH, Lee M.; SCHNEIDER, Tsim D.; GONZALEZ, Sara L.. European colonialism and the Anthropocene: A view from the Pacific Coast of North America. **Anthropocene**, 2013.

LOURENÇO, Eduardo. **Mitologia da saudade**: seguindo de Portugal como destino. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo; BUENO, Camila. Silva. Tambores da resistência: o Maracatu de Baque Virado como patrimônio cosmológico. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS** (ONLINE), v. 33, p. 91-119, 2020.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo; CORRÊA, Jaíne Diniz. Uma ponte entre valores: políticas municipais de patrimônio, pluralidade de significados e alternativas ao Antropoceno no Sul de Minas Gerais. **PerCursos**, v. 22, n. 48, 2021.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. Museus contracoloniais e patrimônios cosmológicos no Antropoceno. **Revista Memória em Rede**, v. 15, p. 154-174, 2023.

LUCCI, Antonio. Thinking in the Age of Anthropocene: Cultural Heritage, Philosophical Personae, Environment. **CPCL: European Journal of Creative Practices in Cities and Landscapes**, 2018.

LULA, Murilo do Amara; VIRGILI, Renata Chagas 2018. A construção do conceito de antropoceno no ensino médio: abordagem interdisciplinar entre geografia e biologia. **6º Encontro Regional de Ensino de Geografia: Ensinar Geografia com a Diferença e com a Política** Universidade Estadual de Campinas, 2018.

MARGATO, Cristina. A controvérsia sobre um Museu que ainda não existe. Descobertas ou Expansão? **Expresso50**, 12/04/2018. Disponível em: <https://expresso.pt/cultura/2018-04-12-A-controversia-sobre-um-Museu-que-ainda-nao-existe.-Descobertas-ou-Expansao-1/8>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MALTÊZ, C. R.; SOBRINHO, C. P. C.; BITTENCOURT, D. L. A.; MIRANDA, K. dos R.; MARTINS, L. N.; Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. PUC Minas: **Pedagogia em ação**, Minas Gerais, v.2, n.2, p. 1-117, nov. 2010.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. O Pensamento Autoritário no Estado Novo Português: algumas interpretações. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 11-30, 2007.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. A Revolução dos Cravos e a historiografia portuguesa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 30, no 61, 2017.

MAURÍCIO, Carlos. A Guerra Colonial e a Descolonização vistas pelas Sondagens de Opinião (1973-2004). **Nação e Defesa**, Lisboa, n. 130, 2011, pp. 267-295.

MBEMBE, Achille. **Brutalismo**. Tradução: Sebastião Nascimento. N-1 edições, 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução: Sebastião Nascimento. N-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Trad. de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MIGNOLO, Walter D. **COLONIALIDADE O lado mais escuro da modernidade**. Tradução de Marco Oliveira. RBCS Vol. 32 n° 94, 2017.

MINAS GERAIS. PORTARIA IEPHA N° 35, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG, 2022.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. **In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**. Sistema Nacional do Patrimônio Cultural: Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília: IPHAN, 2009. v. 1. p. 25-40.

MIRANDA, Jussara Lopes de; SILVA, Flora Gomes de Oliveira da; ALMEIDA, Cinthia Diniz de; GERPE, Rosana. O Antropoceno, a Educação Ambiental e o Ensino de Química. **REVISTA VIRTUAL DE QUÍMICA**, Rio de Janeiro, 04 jan. 2019.

MOORE, Jason W.. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis, **The Journal of Peasant Studies**, 2017.

MORENO, Victor Moreno; SUZART, Emanuele Maria Leite; SANTOS, William Souza. Ensino para o Antropoceno: uma proposta de sequência didática para o ensino de redes ecológicas através do jogo Rain World. **DEBATES EM EDUCAÇÃO**, Alagoas, v. 12, 2020.

NEVES, Céu. "É a história de Portugal e a nossa. A história do Brasil começa aqui". **Diário de Notícias**, 11/08/2021. Disponível em: <https://www.dn.pt/sociedade/e-a-historia-de-portugal-e-a-nossa-a-historia-do-brasil-comeca-aqui-14022921.html#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20do%20Brasil%20come%C3%A7a%20aqui%22,o%20passado%20deve%20ser%20contado>. Acesso em: 12 out. 2022.

O PADRÃO dos descobrimentos, Lisboa: **Ministério das Obras Públicas**, 1960. Disponível em: <https://padraodosdescobrimentos.pt/padrao-dos-descobrimentos/>. Acesso em: 29 jul. 2021.

PEIXOTO, Roberto. Terra está perto de atingir 5 pontos de não retorno; veja quais são e entenda a crise em gráficos. São Paulo, **g1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/12/09/terra-esta-perto-de-atingir-5-pontos-de-nao-retorno-veja-quais-sao-e-entenda-a-crise-em-graficos.ghtml>. Acesso em: 19 jan. 2024.

PINTO, Geraldo Estevo; PIRES, André; GEORGES, Marcos Ricardo Rosa. O Antropoceno e a mudança climática: a percepção e a consciência dos brasileiros segundo a pesquisa IBOPE. **UFPR - Desenvolvimento e meio ambiente**, Paraná, v. 54, p. 1-25, 2020.

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o Lusotropicalismo como Ideologia do Colonialismo Português (1951 - 1974). **Extensão e Cultura (UFG)**, Goiás, v. 06, p. 145-160, 2009.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos**: a sua essência e a sua origem. Tradução: Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. I. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RITA Cristina. Monumento. Ascenso Simões e líder do CDS envolvem-se em polémica. **Jornal N. Oeiras**, 22/02/2021. Disponível em: [https://ionline.sapo.pt/artigo/725641/monumento-ascenso-simoes-e-lider-do-cds-envolvem-se-em-polemica-?seccao=Portugal\\_i](https://ionline.sapo.pt/artigo/725641/monumento-ascenso-simoes-e-lider-do-cds-envolvem-se-em-polemica-?seccao=Portugal_i). Acesso em: 29 jul. 2021.

RUGGIERI, Mariana. Algumas figurações da catástrofe ancestral na América Latina. Campinas-SP: **Remate de Males**, v. 42, n. 2, 2022.

SANTOS, Filipe Duarte. Os Desafios Ambientais Criados pela Grande Aceleração do Pós-Guerra. **Nação e Defesa**, n. 122, 2009, pp. 61-78.

SANTOS, Mariana Pinto dos. As Estátuas e a História da Arte: o debate sobre vandalização de monumentos em Portugal. In. DUARTE-FEITOZA, Paulo Henrique; SÁ, Rubens Pilegi da Silva (org.). **Modernismos Ibéricos e o imaginário primitivista**. Goiânia: Cegraf UFG, 2022.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Rosaura Eichenberg São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHIAVON, Carmem G. Burgert. O término da Primeira República Portuguesa e as raízes do 28 de Maio: o Estado Novo à vista. **Historiae**: revista de história da Universidade Federal do Rio Grande, v. 2, p. 229-241, 2012.

SILVA, Augusto Santos. A democracia portuguesa face ao património cultural. Revista da Faculdade de Letras CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO, Porto, v. XIII, 2014.

SILVA, Cleyton. M.; ARBILLA, Graciela. Antropoceno: Os Desafios de um Novo Mundo. **Revista Virtual de Química**, v. 10, p. 1619-1647, 2018.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Victor Hugo; OTAVIO, Murillo. Acesso à internet cresce no Brasil e chega a 84% da população em 2023, diz pesquisa. São Paulo, **g1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/11/16/acesso-a-internet-cresce-no-brasil-e-chega-a-84percent-da-populacao-em-2023-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 19 jan. 2024.

SIMÕES, ASCENSO, O salazarismo não morreu. **Público**, Lisboa, 19/02/2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/02/19/opiniaio/opiniaio/salazarismo-nao-morreu-1951297>. Acesso em: 29. jul. 2021.

SIMPSON, Michael. The Anthropocene as colonial discourse. EPD: **Society and Space**, 2020.

SITE oficial do padrão do descobrimento. Disponível em: <https://padraodosdescobrimentos.pt/padrao-dos-descobrimentos/>. Acesso em: 29 jul. 2021.

SMITH, Jesse; VIGNIERI, Sacha. A DEVIL'S BARGAIN. **Science**, v. 373, n. 6550, 2021.

SOARES, Olavo Pereira; MONTEIRO, Juliana R. M.. De boas intenções o inferno está cheio: as metodologias e ensino nos livros didáticos de história. **História & Ensino**, v. 25, p. 71-96, 2019.

SOUZA, Leandro Nascimento de. África Centro-ocidental e os interesses coloniais: conflitos e negociações pelo tráfico de escravizados, séculos XVI e XVII. **História UNICAMP**, v. 5, p. 226-240, 2018.

TORRES, Sonia. O Antropoceno e a antro-po-cena pós-humana: narrativas de catástrofe e contaminação. **Ilha do Desterro**, v. 70, p. 93-106, 2017.

TSING, Anna. O Antropoceno mais que Humano. Ilha – **Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 176-191, 2021.

UCHENDU, Victor C. Slaves and Slavery in Igboland, Nigeria. In: MIERS, Suzanne; KOPYTOFF, Igor. **Slavery in Africa: Historical and Anthropological Perspectives**. Madison (Wisconsin): The University of Wisconsin Press, 1979, chap. 4, p. 121-132.

VITAL, Dievani Lopes. O projeto iluminista de sociedade moderna no discurso da Geração 1870 brasileira. In: XIX Encontro regional de História/ ANPHU-MG, 2014, Juiz de Fora. **Anais Eletrônicos**, 2014.

XENOFOBIA x qualidade de vida: brasileiros que moram em Portugal falam sobre a realidade dos imigrantes em terras lusitanas. **g1**, São Paulo, 08/11/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/11/08/xenofobia-x-qualidade-de-vida-brasileiros-que-moram-em-portugal-falam-sobre-a-realidade-dos-imigrantes-em-terras-lusitanas.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2023.